

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 189/2025
Data: 02/12/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
INVESTIMENTO BILIONÁRIO EM FERROVIAS DEVE DOBRAR CHEGADA DE CARGAS AO PORTO DE SANTOS.....	4
ANTT E ANTAQ FIRMAM ACORDO PARA CRIAR CORREDOR LOGÍSTICO SUSTENTÁVEL.....	5
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS DF	6
PROGRAMA AMPLIAR É DESTAQUE EM SEMINÁRIO SOBRE CONSENSUALISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DF	7
BRASIL ATUALIZA INVENTÁRIO NACIONAL DE EMISSÕES DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO APÓS 10 ANOS.....	7
BE NEWS – BRASIL EXPORT	9
EDITORIAL – O SENADO E A NAVEGAÇÃO BRASILEIRA	9
OPINIÃO – ARTIGOS DO PORTO FAZENDÁRIO AO PORTO INFRAESTRUTURAL: O FUTURO LOGÍSTICO DO BRASIL	9
LULA ENVIA AO CONGRESSO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS E CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS	11
SECRETÁRIO DEFENDE TIRAR O FOCO DA REGRA FISCAL E CONCENTRAR NA CAUSA DO PROBLEMA DO ORÇAMENTO	12
NACIONAL HUB – CURTAS - PORTO DE SUAPE E REFINARIA ABREU E LIMA INICIAM INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA	13
<i>Integração porto-refinaria</i>	13
<i>Mecânica portuária</i>	13
<i>Combate à dengue</i>	13
<i>Na plateia</i>	13
<i>Furto de fios de cobre</i>	13
PEC DA SEGURANÇA DEVE SER DISCUTIDA NESTA TERÇA NO COLÉGIO DE LÍDERES, DIZ HUGO MOTTA	13
INCOMODADA COM ‘SILÊNCIO’ DE INVESTIGADOS, CPMI DO INSS QUER REUNIÃO COM MENDONÇA	14
CONTRAN REDEFINE REGRAS DA CNH E PÕE FIM ÀS AULAS OBRIGATÓRIAS	15
APÓS DECISÃO DO CONTRAN, PDL TENTA IMPEDIR FLEXIBILIZAÇÃO DA CNH.....	17
COMEÇA A DUPLICAÇÃO DE 50 KM DA BR-153 NO PARANÁ	18
SENADO INSTALA FRENTE PARLAMENTAR PARA FORTALECER A NAVEGAÇÃO BRASILEIRA	20
BRASIL GARANTE NOVO MANDATO NO CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL.....	21
COSTA DIADEMA ABRE A TEMPORADA 2025/2026 DE CRUZEIROS EM ITAJAÍ.....	22
TCU CRIA FORÇA-TAREFA PARA FISCALIZAR NOVE ESTATAIS COM RISCO FISCAL	22
AEROPORTO DE RIO PRETO AVANÇA EM INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ATENDER O MIRASSOL	23
ESPECIALISTAS DISCUTEM CAMINHOS PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	24
PETROBRAS AMPLIA PARTICIPAÇÃO NA JAZIDA DE TUPI APÓS APROVAÇÃO DA ANP	25
TRANSPETRO FIRMA CONTRATO PARA DIGITALIZAR REGISTROS DE BORDO.....	26
APEXBRASIL LEVA PROJETOS DE ENERGIA E MINERAÇÃO A INVESTIDORES CHINESES.....	27
ARCELORMITTAL E CASA DOS VENTOS INICIAM OPERAÇÃO PLENA DE PARQUE EÓLICO.....	28
HOCHSCHILD ATIVA USINA SOLAR PARA ABASTECER MINA MARA ROSA.....	29
ESTUDO IDENTIFICA INCONSISTÊNCIAS EM 95 MIL PROCESSOS DE MINERAÇÃO NO PAÍS.....	30
NA ÁSIA, BRASIL APRESENTA NOVO MARCO DE BIOINSUMOS E AJUSTES NA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS.....	32
GOVERNO FECHA NOVAS ABERTURAS DE MERCADO E LIBERA EXPORTAÇÕES PARA TRÊS PAÍSES.....	33
INMETRO INAUGURA DELEGACIA CIBERNÉTICA PARA COMBATER FRAUDES NO E-COMMERCE	33
MERCADO REDUZ PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 4,43% ESTE ANO, ABAIXO DO TETO DA META	34
APÓS OSCILAR DURANTE O DIA, DÓLAR SOBE E FECHA PERTO DE R\$ 5,36 COM PRESSÃO DE REMESSAS.....	36
BC LANÇA SERVIÇO QUE VISA COMBATER ABERTURA DE CONTAS FRAUDULENTAS E GOLPES	36
VEJA COMO ATIVAR A PROTEÇÃO E COMO ELA VAI BLOQUEAR QUALQUER TENTATIVA DE FRAUDE.....	38
STF PUBLICA ACÓRDÃO QUE TORNOU EDUARDO BOLSONARO RÉU POR COAÇÃO; VEJA O QUE ACONTECE AGORA	38
NA PF DE BRASÍLIA, EX-PRESIDENTE PEDE AUTORIZAÇÃO PARA RECEBER SEUS MÉDICOS.....	39
MORAES MANDA AUGUSTO HELENO PASSAR POR PERÍCIA MÉDICA EM ATÉ 15 DIAS	40
DEFESA DE BRAGA NETTO RECORRE AO PLENÁRIO DO STF CONTRA CONDENAÇÃO E PEDE ABSOLVIÇÃO	40
CGU DEMITE EX-CHEFE DA RECEITA FEDERAL ENVOLVIDO EM CASO DAS JOIAS DE BOLSONARO	41
STF PROÍBE CANDIDATURAS AVULSAS E REFORÇA EXIGÊNCIA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	42
TRUMP DEU ÚLTIMATO PARA NICOLÁS MADURO DEIXAR O PODER NA VENEZUELA, DIZ JORNAL	42
UCRÂNIA DESTACA AVANÇOS EM PLANO DE PAZ APÓS DIÁLOGO COM EUA, MAS ESPERA AJUSTES	44
JORNAL O GLOBO – RJ	44
RESULTADO DA INDÚSTRIA DE OUTUBRO REFORÇA TENDÊNCIA DE DESACELERAÇÃO	44
OCDE VÊ PIB MAIOR NO BRASIL ESTE ANO E DIZ QUE ECONOMIA GLOBAL RESISTIU BEM A TARIFAS	46
PROJEÇÕES DA OCDE PARA O CRESCIMENTO DAS ECONOMIAS.....	46
INDÚSTRIA CRESCE 0,1% EM OUTUBRO, ABAIXO DO ESPERADO POR ANALISTAS.....	49



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 189/2025
Página 3 de 62
Data: 02/12/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

COMISSÃO DO SENADO APROVA ALTA NA TAXAÇÃO DE BETS E PRAZO MAIOR PARA EMPRESA DISTRIBUIR DIVIDENDO SEM PAGAR IMPOSTO	49
MASTER: TOFFOLI DECRETA SIGILO E TRANSFORMA EM CAIXA-PRETA AÇÃO DE VORCARO	52
O ESTADO DE SÃO PAULO SP	53
BRASIL PODE VOLTAR A SER EXPORTADOR DE DIESEL E GASOLINA, DIZ LULA ANTES DE LANÇAR OBRA EM REFINARIA	53
PRODUÇÃO DA PETROBRAS EM OUTUBRO SOBE 26,4% EM UM ANO, E PAÍS BATE RECORDE.....	54
TELEBRAS ESTÁ PRONTA PARA LEVAR INTERNET AONDE PRIVADO NÃO CHEGA, DIZ MINISTRO.....	55
OCDE ELEVA PROJEÇÃO DO PIB DO BRASIL PARA 2025 E 2026, MAS ALERTA PARA DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA.....	56
VALOR ECONÔMICO (SP).....	57
CABOTAGEM INTEGRA ESTRATÉGIA LOGÍSTICA DA SAMSUNG SDS	57
BRASIL BATE RECORDE EM VISITANTES ESTRANGEIROS, MAS ENFRENTA DESAFIOS EM INFRAESTRUTURA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	59
CRÉDITO DO BNDES LIBERADO A EXPORTADORES AFETADOS PELO TARIFAÇO CHEGA A QUASE R\$ 10 BI	61
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	62
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	62

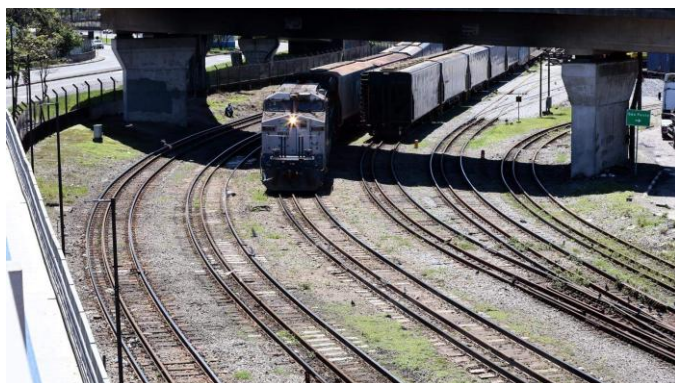


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

INVESTIMENTO BILIONÁRIO EM FERROVIAS DEVE DOBRAR CHEGADA DE CARGAS AO PORTO DE SANTOS

APS prevê aumento de 45 milhões de toneladas no modal ferroviário e ampliação da área portuária para atender à demanda futura; valor de R\$ 3,8 bilhões é esperado para a Malha Sudeste

Por Nicollas Félix 2 de dezembro de 2025



Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos prevê aumento de carga transportada (Alexsander Ferraz/AT)

Com o investimento de R\$ 3,8 bilhões na Malha Sudeste, o escoamento de cargas aos cais santista aumentará nas próximas décadas. De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), objetivo é que haja aumento de 45 milhões de toneladas na capacidade de carga transportada via modal ferroviário em 20 anos, o que dobraria a atual marca.

A Malha Sudeste, uma das principais redes ferroviárias de transporte de cargas do Brasil, conecta os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo aos portos de Santos e Itaguaí (RJ). O contrato de concessão da Malha Sudeste foi repactuado com a concessionária MRS e assinado no último dia 18, no Tribunal de Contas da União (TCU).

O investimento bilionário será voltado à melhoria da eficiência operacional e do transporte de cargas no trecho. A oficialização do acordo decorre de uma solução consensual aprovada pelo TCU, envolvendo o Ministério dos Transportes, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e a MRS Logística.

A repactuação acrescenta cerca de R\$ 2,8 bilhões em outorga a ser paga pela concessionária, contribuindo para o reequilíbrio contratual e para a execução do plano de investimentos. Procurada, a MRS não se manifestou.

Porto de Santos

Em nota, a APS informou que a ampliação da rede ferroviária já estava no planejamento de expansão do Porto de Santos. Para receber o aumento de demanda de cargas, a APS promoveu a cessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), há cerca de dois anos.

“O objetivo é atender à projeção do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZ), de aumento de carga transportada via modal ferroviário em cerca de 45 milhões de toneladas para os próximos 20 anos (saída dos atuais 45 milhões para aproximadamente 90 milhões), com aumento da participação do modal no escoamento do Porto de 33% para 40%”, informa.

Além desse incremento na malha ferroviária interna, a APS conta que enviou ao Governo Federal uma proposta de ampliação na área do Porto Organizado, o que aumentaria a área portuária em até 164% nas próximas décadas, saltando dos atuais 7,8 milhões de metros quadrados (m²) de área operacional seca, para mais de 20 milhões de m², passando a incluir áreas em Cubatão, São Vicente e Bertioga, além de Santos e Guarujá.

A APS afirma que as áreas, ofertadas ao mercado, poderão atender ao crescente aumento da movimentação de cargas e ao próprio desenvolvimento do Brasil.

Terminais precisam investir no mesmo ritmo

O consultor portuário Ivam Jardim, diretor da Agência Porto Consultoria, destaca que a modernização promovida pelos terminais é um componente decisivo para que o modal ferroviário aumente participação e o Porto de Santos opere em um patamar mais elevado de desempenho.

Ele cita o exemplo do setor de grãos e um terminal que implantou um novo pátio ferroviário projetado para receber composições maiores, aumentando a capacidade operacional. “Essa ampliação permite maior giro por trem, regularidade no fluxo e redução do tempo de permanência da composição na faixa”, afirma Jardim.

Jardim destaca obras recentes no setor de celulose, comportando mais linhas férreas e permitindo o recebimento simultâneo de trens mais longos e carregados, aumentando a janela ferroviária dos operadores.

O consultor explica que a modernização também avança no corredor de exportação. Segundo ele, alguns terminais investiram em sistemas modernos de recepção ferroviária.

“Com destaque para a adoção de equipamentos que realizam a movimentação dos vagões até as moegas (equipamentos em formato de funil para receber e transferir granéis sólidos) e posteriormente encaminham os vagões vazios para linhas de retorno, elevando produtividade e eliminando gargalos de manobra”, destaca Jardim.

Malha importante

O consultor portuário Rodrigo Paiva, da Graf Infra Consulting, afirma que, sem investimentos, o esgotamento do modal ferroviário se daria em curto prazo, já que o percentual de utilização da capacidade é superior a 90%.

“Os investimentos na Malha Sudeste tendem a eliminar gargalos ferroviários prévios à chegada ao Porto, principalmente em conflitos urbanos, melhorias operacionais, novos pátios e em renovação de frota. Esses investimentos são fundamentais”, diz Paiva.

Fonte: A Tribuna Digital SP

Data: 02/12/2025

ANTT E ANTAQ FIRMAM ACORDO PARA CRIAR CORREDOR LOGÍSTICO SUSTENTÁVEL

Parceria prevê testes de soluções inovadoras para ampliar a eficiência no transporte, reduzir impactos ambientais e integrar modais em um corredor inteligente

Por ATribuna.com.br 2 de dezembro de 2025



Projeto busca conectar diferentes modais em um corredor inteligente (Alexsander Ferraz/AT)

As agências nacionais de transportes Terrestres (ANTT) e a Aquaviários (Antaq) assinaram nesta segunda-feira (1) um acordo de cooperação voltado ao desenvolvimento de um projeto piloto de Corredor Logístico Sustentável de Transporte Multimodal.

A parceria pretende criar um ambiente de colaboração técnica e regulatória para testar soluções inovadoras voltadas à segurança viária, à redução de impactos ambientais e à inclusão socioeconômica. Na prática, o projeto busca conectar diferentes modais de

transporte em um único corredor inteligente, promovendo mais eficiência no escoamento de cargas, menor emissão de poluentes e ganhos diretos para caminhoneiros, operadores logísticos e comunidades do entorno.

O acordo prevê, entre suas principais frentes, a implantação de infraestrutura de eletromobilidade, o estímulo à participação de embarcadores e operadores logísticos e multimodais, ações integradas de segurança nas vias, gestão ambiental qualificada, incentivo à inovação tecnológica e promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

A iniciativa fortalece o uso de tecnologias e soluções regulatórias modernas para tornar o transporte mais acessível, seguro e ambientalmente responsável.

O Programa ANTT Coopera tem o objetivo de promover a articulação e o relacionamento institucional com entidades públicas e privadas, valorizar o conhecimento e a experiência dos servidores, racionalizar recursos humanos e financeiros, desburocratizar procedimentos administrativos e contribuir para o desenvolvimento técnico-científico e o intercâmbio de informações no setor.

Fonte: A Tribuna Digital SP

Data: 02/12/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS DF

PROGRAMA AMPLIAR É DESTAQUE EM SEMINÁRIO SOBRE CONSENSUALISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tribunal de Contas da União e MPor detalharam iniciativas e ferramentas de modernização da gestão a partir da aplicação de soluções consensuais



Para o ministro Benjamin Zymler, o TCU alcança resultados positivos que permitem a modernização da administração pública a partir de acordos consensuais.

O programa AmpliAr, que tem por objetivo modernizar e aumentar a infraestrutura de aeroportos regionais no Brasil, especialmente nas regiões da Amazônia Legal e do Nordeste, foi tema destaque do 2º Seminário sobre Consensualismo na Administração Pública, promovido nesta segunda-feira (1º) pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Lançado pelo Ministério de Portos e

Aeroportos (MPor), o programa foi citado no evento como caso de sucesso de política pública criada a partir de tratativas entre União e iniciativa privada.

O evento teve início com um painel que contou com a presença do ministro e ex-presidente do TCU, Benjamin Zymler, do secretário executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, do secretário executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, e do advogado geral da União substituto, Flávio Roman.

O secretário Tomé Franca destacou que a concepção do programa AmpliAR, que permite a concessão da gestão de aeroportos regionais à iniciativa privada a partir de processo competitivo simplificado, teve início em negociações iniciadas no TCU. “O AmpliAR é um exemplo de sucesso formulado em parceria com o Tribunal e agora comemoramos o leilão realizado no último dia 27, que garantiu R\$ 731 milhões em investimentos para 13 terminais aéreos”, lembrou. O modelo de reequilíbrio contratual adotado no AmpliAR foi inspirado nas concessões em blocos realizadas com sucesso desde 2019.



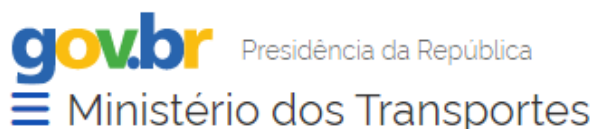
Para o ministro Benjamim Zymler, o TCU alcança resultados positivos que permitem a modernização da administração pública a partir de acordos consensuais. “O consensualismo ganha relevância quando tratamos do direito administrativo regulatório, que é intermediado por um contrato ou por licitação. O tribunal atua como interveniente que senta à mesa para induzir uma solução: hoje temos vinte termos assinados que nasceram dessas mesas de negociação e contratos que foram remodelados”, afirma Zymler.

O MPor mantém, ainda, tratativas na Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso) do TCU referentes aos contratos de concessão dos aeroportos de Brasília (DF), Cuiabá (MT) e Guarulhos (SP).

“Contamos com a colaboração do Tribunal, o empenho do ministro Vital do Rêgo (presidente do TCU) e de todo o corpo técnico para que tenhamos um ambiente transparente que garanta o encontro da melhor solução para situações de conflito”, finalizou Tomé Franca.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério Portos e Aeroportos DF

Data: 01/12/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DF

BRASIL ATUALIZA INVENTÁRIO NACIONAL DE EMISSÕES DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO APÓS 10 ANOS

Novo levantamento orienta políticas públicas e revela avanços, desafios e mudanças no perfil das emissões do setor

O Governo Federal divulgou, nesta terça-feira (2), o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários – Ano-base 2024, atualizando após uma década os dados oficiais sobre a poluição atmosférica e as emissões de gases relacionadas ao transporte rodoviário no país.

Elaborado pelo Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), sob coordenação do Ministério dos Transportes (MT) e do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com apoio da Coalizão Clima e Ar Limpo (CCAC), o estudo consolida evidências para orientar políticas públicas voltadas à qualidade do ar, à mitigação de emissões e à promoção de um sistema de mobilidade mais limpo e eficiente.

Os resultados mostram que, ao longo dos quase 40 anos de implantação do Proconve, houve queda relevante de diversos poluentes associados à combustão, especialmente a partir dos anos 2000. Entretanto, o avanço tecnológico não tem sido suficiente para conter o aumento das emissões como um todo, principalmente devido ao crescimento contínuo da frota e à maior intensidade de uso dos veículos.

Um dos destaques é a mudança no perfil do material particulado (MP): embora as emissões de combustão tenham caído, as emissões provenientes do desgaste de pneus, freios e pavimentos aumentaram e hoje representam aproximadamente metade do total do poluente.

“O documento serve como base técnica para acelerar a transição para uma matriz de transporte de baixo carbono, ampliando o uso de biocombustíveis avançados, promovendo eletrificação sustentável e planejando a logística para reduzir quilômetros rodados vazios e aumentar a eficiência energética. Estamos comprometidos em transformar esses dados em ações governamentais efetivas que garantam mobilidade sustentável, redução das emissões de gases de efeito estufa e melhoria da



qualidade do ar nas cidades brasileiras”, destaca o subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

“O lançamento do inventário representa um passo decisivo para consolidarmos políticas públicas orientadas por evidências. O documento oferece dados essenciais para reduzir emissões, qualificar a gestão ambiental e apoiar a transição para um sistema de transporte mais limpo e sustentável, reforçando o compromisso do país com a saúde pública e a ação climática”, comenta Adalberto Maluf, secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do MMA.

Emissões de carbono

O estudo mostra que as emissões de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq) cresceram cerca de 8% entre 2012 e 2024, acompanhando o aumento da frota. Em 2024:

- automóveis responderam por 34% das emissões de CO₂eq;
- caminhões semipesados, por 22%;
- o CO₂ representou 97% do total das emissões do setor.

Pela primeira vez, o inventário inclui estimativas de black carbon (carbono negro), potente poluente climático de vida curta e com impactos relevantes à saúde humana. A atualização também amplia a análise de gases de efeito estufa e dos poluentes regulados pelo Proconve, organizando informações por tipo de veículo, combustível e fase do programa.

O documento cobre o período de 1980 a 2024, tornando-se instrumento central para a gestão da qualidade do ar. “O inventário atende às diretrizes da Política Nacional de Qualidade do Ar e apoia estados na atualização de seus inventários, condição necessária para acessar recursos da União”, explica David Tsai, gerente de projetos do IEMA.

Principais resultados por poluente

- Monóxido de carbono (CO) – queda de 5,5 milhões para 1 milhão de toneladas desde 1991.
- Óxidos de nitrogênio (NOx) – redução significativa desde o fim dos anos 1990; diesel representa 87% das emissões.
- Material Particulado (MP) – emissões de combustão caíram para menos de 18 mil toneladas em 2024; total de 38 mil toneladas quando somado ao desgaste.
- Carbono negro (BC) – cerca de 8 mil toneladas por combustão, com crescimento das emissões por desgaste.
- Metano (CH₄) – queda contínua desde os anos 1990; automóveis representam 45% das emissões.
- NMHC – forte redução desde os anos 1990; estabilização recente.
- N₂O – tendência de aumento associada à renovação tecnológica da frota.
- CO₂ – 270 milhões de toneladas emitidas em 2024; automóveis respondem por 42% e caminhões por 40%.

Evolução da frota nacional

A frota brasileira ultrapassou 71 milhões de veículos em 2024. Automóveis representam 63% do total, seguidos por motocicletas (25%) e comerciais leves (9%). A frota pesada (caminhões e ônibus) chegou a 2,5 milhões de unidades.

Base de dados e próximos passos

Mais de dez anos após o levantamento anterior, a atualização contou com oficinas técnicas e ampla participação de especialistas. O estudo reforça a necessidade de aprimorar bases de dados nacionais, como fatores de emissão, deterioração e informações de licenciamento, para elevar a precisão das estimativas.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério dos Transportes DF
Data: 02/12/2025

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O SENADO E A NAVEGAÇÃO BRASILEIRA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A instalação da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira no Senado Federal, sob a liderança do senador Marcos Rogério, mostra um importante reconhecimento do papel estratégico do modal aquaviário para a soberania e a competitividade econômica do País. A iniciativa, formalizada pela Resolução nº 30/2025, visa a dar a devida atenção legislativa a um setor que é a espinha dorsal do comércio exterior brasileiro.

O senador Marcos Rogério acertadamente declarou que o Brasil só alcançará o patamar de potência logística se fortalecer sua navegação. Mais de 90% das exportações brasileiras dependem do transporte marítimo de longo curso. A navegação é o pilar que escoar grãos, minérios e petróleo, conectando o País ao mercado internacional. A frente parlamentar se propõe a estudar, aperfeiçoar a legislação e fiscalizar as políticas do setor, incluindo a essencial questão orçamentária.

É imperativo destacar a importância de o Senado se voltar ao setor de navegação, tanto a hidroviária como a costeira e a de longo curso, para debater e propor ações para seu efetivo desenvolvimento. O senador Jorge Seif, vice-presidente do colegiado, tocou em um ponto nevrálgico da economia nacional: o alto “custo Brasil”, que é agravado pelo frete ineficaz do modal rodoviário. Em um país dotado dos maiores rios do mundo, a subutilização das hidrovias para o escoamento da produção nacional – inclusive as cargas de exportação – é um erro estratégico que onera o agronegócio e a indústria.

O transporte aquaviário é, por natureza, um modal mais limpo, seguro e eficiente, emitindo proporcionalmente menos poluentes que o rodoviário e o ferroviário. A frente parlamentar deve incentivar os senadores a trabalharem para o crescimento sustentável desse setor. Isso implica em aprovar projetos que incentivem a modernização da frota naval e hidroviária, com a utilização de combustíveis de baixo carbono, simplifiquem as licenças para a dragagem de hidrovias e invistam em sinalização e infraestrutura portuária.

A superação dos desafios, incluindo uma legislação ambiental que o setor vê como um obstáculo, deve ser conduzida com um olhar que equilibre o desenvolvimento logístico com a preservação. O fortalecimento da navegação é a chave para a multimodalidade no Brasil e para a inserção competitiva do País no comércio global. O Senado, ao instituir a Frente, assume a responsabilidade de transformar o potencial hídrico do Brasil em um ativo logístico real.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

OPINIÃO – ARTIGOS DO PORTO FAZENDÁRIO AO PORTO INFRAESTRUTURAL: O FUTURO LOGÍSTICO DO BRASIL



BEATRIZ GALLOTTI

Advogada sócia do escritório Gallotti e Advogados Associados
e especialista em Direito Portuário e Marítimo

opinião@redebenews.com.br

A trajetória dos portos brasileiros revela uma transição profunda: de estruturas concebidas essencialmente para arrecadação fiscal a ativos estratégicos responsáveis por sustentar a competitividade econômica do País. Esse deslocamento — histórico, jurídico e institucional — é decisivo para compreender os desafios atuais e as oportunidades que se apresentam para o Brasil



em um cenário global marcado por tensões geopolíticas, pressões logísticas e busca por rotas mais seguras e eficientes.

O marco inicial dessa história remonta à Carta Régia de 1808, quando Dom João VI autorizou a entrada de navios estrangeiros nos portos brasileiros. A medida, motivada pela necessidade de recompor receitas e garantir apoio internacional em meio às guerras europeias, consolidou a vocação fiscal dos portos nacionais. As alfândegas se tornaram o eixo da administração portuária e a movimentação de cargas servia prioritariamente ao interesse arrecadatário. A segunda abertura, em 1814, ampliou o espectro de nações autorizadas a comerciar com o Brasil, reforçando essa lógica.

À época, as características operacionais também reforçavam o modelo. Os navios possuíam baixa capacidade de carga e a movimentação era realizada de forma manual pelos próprios tripulantes. A operação portuária não demandava engenharia sofisticada, mecanização, dragagem estruturada ou intermodalidade. O porto era, em essência, um órgão fazendário, uma extensão da administração tributária do Estado, regido por regulamentos de alfândega e pautado por tarifas sobre mercadorias.

Esse arranjo fazendário perdurou por décadas e influenciou a formação institucional brasileira. Ainda no século XIX, normativas como o Regulamento das Alfândegas de 1860 detalhavam procedimentos de cobrança e fiscalização, deixando evidente que a preocupação central era o controle e a geração de receitas para o Estado. A infraestrutura — no sentido moderno — ocupava papel secundário.

A mudança de paradigma começou a ocorrer lentamente a partir do final do século XIX e se intensificou no século XX, impulsionada por fatores econômicos, tecnológicos e geopolíticos. O advento dos navios a vapor, o aumento da escala do comércio internacional e, mais tarde, a containerização transformaram a lógica da operação portuária. A partir da década de 1970, eficiência logística passou a ser diretamente correlacionada à competitividade de países e setores produtivos.

Nesse contexto, o porto deixou de ser apenas um ponto de cobrança fiscal para se tornar um ativo de infraestrutura indispensável ao desenvolvimento nacional. A economia brasileira, que já não dependia prioritariamente de receitas alfandegárias, demandou portos mais profundos, integrados a rodovias e ferrovias, capazes de operar 24 horas, com segurança jurídica e previsibilidade regulatória.

Do ponto de vista jurídico, essa transição foi formalizada com o marco portuário moderno. A Constituição Federal manteve a competência da União (art. 21, XII), mas a Lei nº 8.630/1993 e, posteriormente, a Lei nº 12.815/2013 inauguraram um modelo orientado à eficiência, à competição e aos investimentos privados. A coexistência entre portos organizados e Terminais de Uso Privado (TUPs), longe de ser uma fragmentação, revelou-se complementar e estratégica — garantindo capacidade adicional e ampliando a resiliência do sistema portuário nacional.

Os resultados são concretos. Segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), mais de 1,2 bilhão de toneladas foram movimentadas em 2024, com crescimento consistente tanto nos portos públicos quanto nos privados. O desempenho dos TUPs, os investimentos dos arrendatários e os esforços de governança e digitalização das autoridades portuárias demonstram que o sistema híbrido brasileiro — construído ao longo de décadas — possui potencial para avançar ainda mais.

A redefinição da função estratégica dos portos abre um conjunto relevante de oportunidades para o País. Primeiro, permite ampliar a atração de capital estrangeiro, que hoje busca portos resilientes, integrados e capazes de sustentar cadeias globais de suprimentos cada vez mais pressionadas por fatores climáticos, geopolíticos e tecnológicos. Segundo, viabiliza o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à eficiência logística, à previsibilidade regulatória e à integração intermodal. Terceiro, posiciona o Brasil como player relevante na transição energética e na economia marítima sustentável — temas que, em 2026, já não são mais tendência, mas exigência internacional.

A reinterpretção da história mostra que o porto brasileiro deixou de ser instrumento de fiscalização e passou a ser plataforma de prosperidade. Ele não existe mais para arrecadar diretamente, mas para

multiplicar riqueza: movimentar comércio, gerar empregos, estimular inovação, atrair investimentos e apoiar o desenvolvimento econômico do País.

Compreender essa transição — de um porto fazendário para um porto inteiramente infraestrutural — é essencial para orientar decisões industriais, regulatórias e estratégicas. E, sobretudo, para reforçar a confiança de investidores internacionais no potencial logístico brasileiro.

Se no século XIX, a abertura dos portos assegurou a sobrevivência econômica do Brasil, hoje a modernização da infraestrutura portuária é o caminho para garantir seu protagonismo no século XXI.

Beatriz Gallotti escreve quinzenalmente para o BE News, com seus artigos sendo publicados às terças-feiras.

O ADVENTO DOS NAVIOS A VAPOR, O AUMENTO DA ESCALA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E, MAIS TARDE, A CONTAINERIZAÇÃO TRANSFORMARAM A LÓGICA DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA. A PARTIR DA DÉCADA DE 1970, EFICIÊNCIA LOGÍSTICA PASSOU A SER DIRETAMENTE CORRELACIONADA À COMPETITIVIDADE DE PAÍSES E SETORES PRODUTIVOS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

LULA ENVIA AO CONGRESSO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS E CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS

Cerca de 200 mil servidores receberão reajustes, enquanto universidades federais terão 8.600 cargos efetivos. Custo total, de R\$ 4,2 bi, está previsto no PLOA

Do Estadão Conteúdo



Lula já mandou ao Congresso o projeto que "representa um esforço adicional para modernizar e aprimorar a gestão de pessoas da administração pública federal"

Reajustes concedidos a servidores do Poder Executivo e a reestruturação e criação de novos cargos terão um impacto de R\$ 4,2 bilhões no Orçamento do ano que vem, afirmou o Ministério da Gestão, em nota divulgada nesta segunda-feira, 1º. Os reajustes estão contidos em projeto de lei encaminhado pelo presidente Luiz Inácio Lula da

Silva ao Congresso nesta segunda-feira, 1º.

O impacto já está estimado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026 enviado ao Congresso em agosto deste ano. Ao todo, cerca de 200 mil servidores, da ativa e aposentados, serão atendidos com o projeto de lei. Cerca de 157 mil servidores são da ativa e 44 mil são aposentados.

O projeto cria 8.825 cargos efetivos, sendo 8.600 para as universidades federais e 225 para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os cargos serão preenchidos conforme forem realizados os concursos públicos.

Segundo o Ministério da Gestão, o projeto "representa um esforço adicional para modernizar e aprimorar a gestão de pessoas da administração pública federal e reter profissionais qualificados ao reduzir a assimetria entre salários de diferentes carreiras".

A pasta cita a criação de uma nova carreira chamada de "transversal", por ter uma atuação que vai além de um único ministério e aglutinar diferentes cargos de suporte da administração federal.



"Essa carreira reunirá profissionais que hoje atuam em cargos como os de administrador, analista técnico-administrativo, arquivista, bibliotecário, contador, técnico em comunicação social, entre outros. Essa aglutinação promoverá equilíbrio salarial entre esses cargos para tornar essa carreira mais compatível com outras carreiras do Poder Executivo federal, aumentando a retenção desses

profissionais, que são fundamentais para a melhoria contínua da eficiência administrativa dos órgãos e da prestação dos serviços públicos à sociedade", afirmou o ministério.

Reajuste às polícias

O governo também detalhou uma medida provisória assinada por Lula nesta segunda-feira, que concede reajuste salarial a policiais e forças de segurança do Distrito Federal e dos ex-territórios. Policiais militares e bombeiros do Distrito Federal e dos ex-territórios (Amapá, Rondônia e Roraima) terão aumento de 24,32%, dividido em duas parcelas, uma de 11,5% em dezembro deste ano e outra de 11,5% em janeiro do ano que vem.

Os policiais civis do Distrito Federal terão dois tipos de reajuste. Os de categoria especial terão aumento de 27,27%. A terceira categoria, de 24,43%. O reajuste também será dividido em duas parcelas, uma neste ano e outra no ano que vem.

O governo ressaltou, em comunicado divulgado à imprensa, o ganho real no salário de policiais e bombeiros durante a gestão petista. Segundo o Ministério da Gestão, enquanto a inflação estimada de 2023 a 2026 é de 19%, policiais militares e bombeiros do DF tiveram um aumento de 48,32%, levando em conta os aumentos desde o início do governo Lula. A PM e os bombeiros dos ex-territórios, por sua vez, acumularão um reajuste de 35 51% nesse período.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

SECRETÁRIO DEFENDE TIRAR O FOCO DA REGRA FISCAL E CONCENTRAR NA CAUSA DO PROBLEMA DO ORÇAMENTO

Número 2 do ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães acredita que o debate deve ser sobre o que faz as despesas obrigatórias crescerem acima do teto

Do Estadão Conteúdo

O secretário executivo do ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, defendeu nesta segunda-feira, 1º de dezembro, que o debate sobre as contas públicas seja mais dedicado a resolver as dificuldades do arcabouço fiscal, caso do Orçamento engessado

por despesas obrigatórias, do que em mudanças da regra fiscal em si.

"Vamos tirar o foco em rediscutir a regra fiscal... Porque a regra fiscal só vai ser cumprida se houver condições de ser cumprida. Então, vamos agir na causa, não na consequência", comentou o secretário, durante participação em encontro promovido por Galapagos Capital e Arko Advice.

Questionado sobre o debate fiscal nas eleições do ano que vem, o número dois do Planejamento defendeu que a pauta não seja sobre o limite de gastos, fixado em 2,5% acima da inflação no arcabouço das contas públicas, mas nas indexações e vinculações que fazem as despesas obrigatórias crescerem acima deste teto, limitando o espaço para os gastos discricionários, onde estão os

investimentos. "Em todo ciclo eleitoral, queremos discutir regra fiscal. Ah, vamos mexer na tampa da panela de pressão. Vamos botar uma mais forte ou mais alta. E aí, do outro lado, estamos lá aumentando o fogo, botando mais pressão para essa panela segurar. Então, vamos esquecer um pouco a discussão de regra fiscal e vamos focar no que está colocando pressão nas obrigatórias", defendeu Guimarães.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025



NACIONAL HUB – CURTAS - PORTO DE SUAPE E REFINARIA ABREU E LIMA INICIAM INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

INTEGRAÇÃO PORTO-REFINARIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participam hoje, dia 2, da cerimônia de integração logística e operacional entre o Porto de Suape e a Refinaria Abreu e Lima (Rnest). O evento ocorre no Complexo Industrial de Ipojuca, em Pernambuco. A Rnest é considerada uma das refinarias mais modernas do Brasil e tem uma ligação direta com o complexo portuário de Suape. O porto é o principal canal logístico da refinaria, sendo essencial para a importação de petróleo bruto e o escoamento de derivados refinados, como diesel, gasolina e querosene de aviação, nas regiões Norte e Nordeste.

MECÂNICA PORTUÁRIA

O Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), em parceria com a Prefeitura de Santos (SP) e a Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep), realizará amanhã, quarta-feira, dia 3, a Aula Magna do Curso de Mecânica Portuária, iniciativa pioneira que marca oficialmente o início das atividades do programa, que contará com 60 alunos em sua primeira turma. O evento terá a presença do vice-presidente do Sopesp, Bruno Stupello, do secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi, e do presidente do CENEP, Caio Moretti.

COMBATE À DENGUE

O Seminário Interinstitucional sobre Arboviroses do Porto de Santos (SP) será realizado hoje, das 8h30 às 18h, no Centro de Treinamentos da Autoridade Portuária de Santos, na Cidade. O encontro terá como foco a situação atual do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e da chikungunya, na área portuária e no município, além da definição de novas estratégias de prevenção e combate ao mosquito. A iniciativa terá ainda a presença da Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde, que apresentará dados epidemiológicos e entomológicos.

NA PLATEIA

O público-alvo do seminário são as empresas permissionárias do Porto de Santos, Autoridade Portuária e profissionais de Vigilância em Saúde do Estado e do município.

FURTO DE FIOS DE COBRE

A Polícia Federal apreendeu no último domingo, dia 30, cerca de 1.400 kg de fios de cobre furtados de um terminal portuário na região da Alemoa, em Santos (SP). Dois homens foram presos em flagrante durante a ação. A equipe policial, em patrulhamento embarcado com apoio do BAEP, identificou um barco em atitude suspeita. Ao perceber a aproximação, o condutor tentou fugir, mas foi alcançado e abordado. No interior da embarcação, foram encontrados diversos rolos de fios de cobre. Próxima a ela, uma segunda embarcação também foi abordada e transportava grande quantidade do mesmo material furtado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

PEC DA SEGURANÇA DEVE SER DISCUTIDA NESTA TERÇA NO COLÉGIO DE LÍDERES, DIZ HUGO MOTTA

Presidente da Câmara afirmou também que pretende aprovar a proposta no plenário da Câmara antes do recesso legislativo

Do Estadão Conteúdo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que a reunião do colégio de líderes marcada para esta terça-feira, 2, discutirá a proposta de emenda à Constituição conhecida como "PEC da Segurança Pública", apresentada pelo governo para integrar as forças de segurança. As declarações ocorreram nesta segunda-feira, 1º, durante a celebração do 134º



aniversário do 1º Batalhão de Polícia de Choque "Tobias de Aguiar" (Rota), em São Paulo. Motta também afirmou que o relator da matéria, Mendonça Filho (União-PE), deve apresentar o seu parecer na comissão especial na quinta-feira, 4.

Hugo Motta voltou a defender o PL Antifacção, que já foi aprovado na Câmara com alterações no texto elaborado pelo governo, e está no Senado

"Quero ainda esta semana poder começar a discutir o texto final da PEC da Segurança Pública. O texto deverá começar a ser discutido amanhã (nesta terça) com colegas de líderes, na próxima quinta-feira apresentada na comissão especial", afirmou. Motta também disse querer aprovar a PEC da Segurança no plenário da Câmara antes do recesso legislativo.

Na ocasião, Motta voltou a defender o "PL Antifacção" e disse que o relator do projeto, Guilherme Derrite (PP-SP), "promoveu a resposta mais dura já dada ao crime organizado no País". O presidente da Câmara mencionou ainda a expectativa de que o Senado aprecie a matéria nesta semana.

O deputado citou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ao falar da construção do texto. "O meu agradecimento ao governador Tarcísio e a todos que fazem a Polícia Militar do Estado de São Paulo, porque nós construímos juntos essa matéria. Sem dúvida alguma, deixará um grande legado para a segurança pública", disse.

Na sequência, o parlamentar disse que a Câmara "permanece de portas abertas para dialogar e colaborar com o Estado de São Paulo no aprimoramento das políticas de segurança pública".

Crítica

Ao contrário de Motta, o secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Mario Sarrubbo, criticou a nova versão do projeto de lei Antifacção. O texto havia sido originalmente proposto pelo governo federal, mas foi alterado no Congresso.

"Não adianta só subir a pena. Faz 30 anos que estamos subindo as penas. A Lei dos Crimes Hediondos já tem mais de uma década. O crime deixou de ser local e passou a ser transnacional", afirmou Sarrubbo, em evento em São Paulo nesta segunda-feira, 1º.

O projeto Antifacção prevê aumento de penas para membros de organizações criminosas, com reclusão de 20 a 40 anos, podendo chegar a 66 anos para lideranças. O texto também eleva o cumprimento mínimo de pena em regime fechado (75%).

Na Câmara, o PL foi relatado pelo deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), que apresentou várias mudanças no texto. Parte das versões foi alvo de críticas por reduzir o alcance da investigação da Polícia Federal. Alessandro Vieira (MDB-SE) será o relator do projeto no Senado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/12/2025

INCOMODADA COM 'SILÊNCIO' DE INVESTIGADOS, CPMI DO INSS QUER REUNIÃO COM MENDONÇA

O ministro do STF tem concedido habeas corpus a depoentes, além de também já ter impedido depoimentos

Do Estadão Conteúdo

Integrantes da CPMI do INSS querem se reunir com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça para discutir a concessão de habeas corpus a convocados pelo colegiado. Relator



dos processos relacionados aos descontos ilegais a aposentados na Corte, o magistrado tem dado aos investigados o direito de ficar em silêncio diante da comissão e também já impediu depoimentos.

"Eu vou solicitar agenda para que possamos seguir", disse o presidente da comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), na sessão desta segunda-feira, 1.º. Mendonça é alvo de críticas tanto da oposição quanto da base do governo. Os dois lados atribuem às decisões dele a obstrução dos trabalhos.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) criticou o fato de o ministro avocar para si a decisão de concessão de habeas corpus. Segundo ele, esses pedidos deveriam ser sorteados entre os integrantes da Corte.

"O que nós estamos observando é que dá de forma reiterada uma blindagem a alguns nomes. Nós não sabemos qual é o critério que está sendo utilizado. É muito desrespeito com esta Casa dizer que o camarada não precisa nem vir aqui", disse. Pimenta sustentou que o encontro deveria incluir pelo menos presidente, relator e vice-presidente da CPI do INSS, além dos líderes de governo e oposição.

O senador Izalci Lucas (PLDF) também criticou as medidas. "Isso destrói a CPI. Qual é o papel da CPI? Ter independência. A gente precisa realmente conversar com o ministro para a gente ter uma atuação melhor."

Nesta segunda-feira, 01, o empresário Sandro Temer de Oliveira prestaria depoimento, mas foi beneficiado por decisão que o autorizou a não comparecer ao colegiado. Ele é apontado como operador da Universo Associação dos Aposentados e Pensionistas dos Regimes Geral da Previdência Social (AAPPS Universo) e da Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas (APDAP Prev). As entidades são suspeitas de aplicar descontos ilegais a aposentados e pensionistas.

Condução coercitiva

A Polícia Legislativa realizou a condução coercitiva de Jucimar Fonseca da Silva, que chefiou as

áreas de Pagamento de Benefício e de Consignação da autarquia, a pedido do presidente da CPMI do INSS, senador Carlos Viana (Podemos-MG). O ex-coordenador do INSS tinha um depoimento na comissão marcado para esta segunda-feira, 1.º, às 16h, mas estava em um local próximo a Manaus.

O servidor já havia apresentado atestados médicos duas vezes para não ter que comparecer ao colegiado, em novembro. Agora, uma decisão judicial provocada pelo parlamentar autorizou as autoridades a levá-lo sob custódia para prestar esclarecimentos. A informação foi publicada por Viana em suas redes sociais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/12/2025

CONTRAN REDEFINE REGRAS DA CNH E PÕE FIM ÀS AULAS OBRIGATÓRIAS

Resolução promete reduzir custos e flexibilizar a formação, mas provas são mantidas como eixo central do processo

Da Agência Brasil

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou, nesta segunda-feira (1º), a resolução que reformula o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A norma foi aprovada por unanimidade e passará a valer após a publicação no Diário Oficial da União. As mudanças eliminam a obrigatoriedade de frequentar aulas em autoescolas para realizar as provas teórica e prática, ampliam as possibilidades de preparação do candidato e podem reduzir em até 80% o custo total do documento, que hoje pode chegar a R\$ 5 mil, segundo o Ministério dos Transportes.



Pelo novo modelo, o processo para solicitar a CNH poderá ser iniciado pelo site do Ministério dos Transportes ou pelo aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT)

A proposta foi elaborada pelo Ministério dos Transportes e passou por consulta pública antes de ser submetida ao Contran. O objetivo, segundo a pasta, é modernizar o sistema de habilitação e torná-lo mais acessível, especialmente nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio). Dados da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) apontam

que 20 milhões de brasileiros já dirigem sem habilitação e outros 30 milhões têm idade para obter a CNH, mas não iniciaram o processo, em grande parte devido aos custos e à burocracia.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, afirma que a reformulação busca reduzir desigualdades e ampliar o acesso ao documento. “O Brasil tem milhões de pessoas que querem dirigir, mas não conseguem pagar. Baratear e desburocratizar a obtenção da CNH é uma política pública de inclusão produtiva, porque habilitação significa trabalho, renda e autonomia. Estamos modernizando o sistema, ampliando o acesso e mantendo toda a segurança necessária”, declarou. Ele destacou que a aprovação nos exames continuará sendo determinante. “As aulas, por si só, não garantem que alguém esteja apto a dirigir. O que garante é a prova. O novo modelo segue padrões internacionais adotados por países como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, onde o foco é a avaliação, não a quantidade de aulas”, disse.

Pelo novo modelo, o processo para solicitar a CNH poderá ser iniciado pelo site do Ministério dos Transportes ou pelo aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT). Etapas como coleta biométrica e exame médico permanecem presenciais nos departamentos estaduais de trânsito.

A resolução determina que todo o conteúdo teórico seja oferecido gratuitamente em formato digital pelo Ministério dos Transportes. Quem preferir poderá estudar presencialmente em autoescolas ou instituições credenciadas. A formação prática também passa por alterações significativas: a carga horária mínima exigida, hoje de 20 horas-aula, será reduzida para duas horas. O candidato poderá escolher entre centros de formação de condutores, instrutores autônomos credenciados ou modelos personalizados de preparação. O uso do próprio veículo do candidato será permitido.

A flexibilização cria novas possibilidades de atuação para instrutores independentes, que deverão ser credenciados pelos Detrans, seguir requisitos padronizados nacionalmente e serão identificados digitalmente na Carteira Digital de Trânsito. O Ministério dos Transportes afirma que a ampliação de opções não altera o rigor das avaliações, que permanecem obrigatórias.

As mudanças também alcançam as categorias C, D e E — destinadas a condutores de veículos de carga, de transporte coletivo e de veículos articulados. A resolução facilita etapas da formação, com regras pensadas para tornar o processo mais rápido e menos custoso, mantendo a exigência das provas e dos requisitos legais de aptidão.

O conjunto de medidas deve beneficiar milhões de pessoas que desejam ingressar no mercado de trabalho ou ampliar as possibilidades de atuação profissional, reduzindo barreiras econômicas no acesso à habilitação. As regras começam a valer após a publicação oficial da resolução.

Veja as principais mudanças:

• Abertura do processo

Poderá ser feita pelo site do Ministério dos Transportes ou pelo aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT).

• Aulas teóricas

O Ministério dos Transportes irá disponibilizar todo o conteúdo teórico online, gratuitamente. Quem preferir poderá estudar presencialmente em autoescolas ou instituições credenciadas.

• Aulas práticas

A exigência de aulas práticas passará das atuais 0 horas-aula para 2 horas. O candidato poderá escolher entre: autoescolas

tradicionais, instrutores autônomos credenciados pelos Detrans ou preparações personalizadas. Será permitido uso de carro próprio para as aulas práticas

• Provas

Mesmo sem a obrigatoriedade das aulas, o condutor ainda é obrigado a fazer as provas teórica e prática para obter a CNH. Outras etapas obrigatórias como coleta biométrica e exame médico devem ser feitas presencialmente no Detran.

• Instrutores

Os instrutores autônomos serão autorizados e fiscalizados pelos órgãos estaduais, com critérios padronizados nacionalmente. A identificação e o controle serão integrados à Carteira Digital de Trânsito.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/12/2025

APÓS DECISÃO DO CONTRAN, PDL TENTA IMPEDIR FLEXIBILIZAÇÃO DA CNH

Deputado federal autor de PDL afirma que resolução extrapola competências do Executivo e ameaça empregos e padrões de formação de condutores

Por **PATRÍCIA FAHLBUSCH** redacao.jornal@redebeneews.com.br



O deputado federal Coronel Meira encabeçou na semana passada a instalação da chamada Comissão Especial da Nova CNH na Câmara, que vai analisar o projeto de lei 8085/2014

Horas após o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovar a resolução que muda o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), nesta segunda-feira, 1 de dezembro, o deputado federal Coronel Meira (PL-PE) protocolou um projeto de decreto legislativo (PDL) para sustar os efeitos da decisão do Contran, que prevê o fim da obrigatoriedade de

frequentar aulas de autoescola na preparação para os exames teórico e prático dos departamentos de Trânsito (Detrans).

Meira encabeçou na semana passada a instalação da chamada Comissão Especial da Nova CNH na Câmara, que vai analisar o PL 8085/2014. O principal objetivo do colegiado é revisar todo o processo de formação de condutores.

“Eu disse ao ministro [Renan Filho, dos Transportes], ‘ministro, fique tranquilo, o senhor vai ser convidado para o debater na comissão especial, pode trazer os seus técnicos, porque isso é o que o Brasil quer’. A CNH é muito cara, tem que ser barateada, agora, não irresponsavelmente como o ministro deseja, que é uma irresponsabilidade fazer uma CNH onde não vão ter os critérios da educação no trânsito. A gente quer reduzir o custo da CNH, uma proposta que a CNH pode R\$ 200. Ele tem que entender que não é uma canetada dele ele, que está ministro, que ele vai desrespeitar esse Parlamento”, criticou Meira.

A discussão estava centrada na consulta pública aberta pelo Ministério dos Transportes sobre a flexibilização de etapas práticas e teóricas, além de redução de custos. Com a criação da comissão especial, esse debate deveria, sob a ótica de congressistas, deixar de ser conduzido exclusivamente pelo Executivo. Com a resolução aprovada pelo Contran, o custo para tirar a CNH, que hoje pode chegar a até R\$ 5 mil, pode cair em 80%. O texto proposto pelo Ministério dos Transportes foi aprovado por unanimidade pelo conselho e entra em vigor assim que publicado no Diário Oficial da



União. O ministério defende modernizar o processo de obtenção da CNH e tornar o documento mais acessível e barato para a população, especialmente nas categorias A (motocicletas) e B (veículos de passeio). Dados da Secretaria Nacional de Trânsito apontam que 20 milhões de brasileiros dirigem sem habilitação, enquanto 30 milhões tem idade para ter a CNH, mas não possuem o documento.

A DISCUSSÃO ESTAVA CENTRADA NA CONSULTA PÚBLICA ABERTA PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES SOBRE A FLEXIBILIZAÇÃO DE ETAPAS PRÁTICAS E TEÓRICAS, ALÉM DE REDUÇÃO DE CUSTOS. COM A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, ESSE DEBATE DEVERIA, SOB A ÓTICA DE CONGRESSISTAS, DEIXAR DE SER CONDUZIDO EXCLUSIVAMENTE PELO EXECUTIVO. COM A RESOLUÇÃO APROVADA PELO CONTRAN, O CUSTO PARA TIRAR A CNH, QUE HOJE PODE CHEGAR A ATÉ R\$ 5 MIL, PODE CAIR EM 80%

Ilegalidade e extrapolação

Na justificativa do PDL, Meira aponta “ilegalidade e clara extrapolação do poder regulamentar, desconsiderando os riscos à formação qualificada de condutores, ao setor de autoescolas e aos contratos já firmados, impondo prejuízos diretos às empresas por meio de devoluções de valores e desequilíbrios em acordos pagos, além de comprometer a segurança viária e violar princípios constitucionais como a irretroatividade das leis e o direito adquirido”.

O deputado afirma que a resolução representa “uma clara afronta à competência exclusiva do Congresso Nacional”.

“A resolução ignora o papel essencial das autoescolas na garantia de uma formação padronizada e supervisionada, que, historicamente, contribui para a redução de acidentes de trânsito. A desregulamentação proposta pode agravar o quadro de mortes anuais ao permitir uma formação superficial, sem o rigor pedagógico oferecido pelas autoescolas”, informou.

O parlamentar chamou atenção, ainda, para o impacto econômico. Segundo ele, o segmento de autoescolas emprega mais de 200 mil profissionais diretamente, e a redução da obrigatoriedade causará queda de quase 80% no faturamento dessas empresas, o que as levará a fazer demissões ou até encerrar suas atividades. Para o deputado federal, a obrigatoriedade das autoescolas garante, entre outros pontos, a prevenção de fraudes, além de padrões mínimos de segurança.

“Sem as autoescolas, instrutores autônomos podem operar sem infraestrutura adequada, aumentando o risco de condutores mal preparados nas vias públicas. A Análise de Impacto Regulatório realizada pelo Executivo é superficial e insuficiente, focando em reduções de custos sem avaliar adequadamente os riscos à segurança viária e os impactos econômicos negativos no setor, como demissões e fechamentos de empresas”, sustentou Coronel Meira.

O PDL ainda não começou a tramitar na Câmara dos Deputados. Além de Meira, a pauta tem como apoiador o deputado federal Fausto Pinato, do PP de São Paulo.

Alteração no código

Correndo por fora está o PL 1111/25, de autoria do deputado federal Toninho Wandscheer (PP-PR). Na ementa da proposta, o parlamentar propõe alterar o Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre a idade máxima dos veículos destinados à formação de condutores. Em 26 de novembro, a matéria foi aprovada na Comissão de Viação e Transportes da Câmara, sob a forma do substitutivo do deputado federal Hugo Leal (PSDRJ). O texto do relator ampliou significativamente o escopo da proposta, tendo como principal mudança a vinculação obrigatória de instrutores e veículos às autoescolas. O PL deverá ser analisado, agora, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 02/12/2025

COMEÇA A DUPLICAÇÃO DE 50 KM DA BR-153 NO PARANÁ

Projeto inclui retorno em desnível, vias marginais, ciclovias e reforço estrutural, com impacto direto na circulação regional

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Ao todo, o projeto de duplicação do trecho de 50 quilômetros da BR-3 prevê 11 dispositivos de retorno em desnível, seis retornos em nível, cinco pontes, quatro trevos e 19 viadutos

Teve início a obra de duplicação de 50 quilômetros da BR-153 entre Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro do Paraná. O trecho integra o pacote de ampliação das rodovias BR-153, BR-277 e BR-369, que compõem um investimento total de R\$ 1,5 bilhão previsto para ser entregue até 2027 pela concessionária responsável.

A duplicação atende a uma demanda histórica das comunidades da região e inaugura um ciclo mais robusto de obras estruturantes. Segundo a concessionária, o programa de expansão movimentará cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos. A BR-153 forma a Transbrasiliana, corredor fundamental da ligação Norte-Sul e rota estratégica para o escoamento de cargas e o deslocamento regional.

A estruturação financeira do plano foi montada em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que apoiou o projeto com R\$ 6,4 bilhões. Desse total, R\$ 829 milhões foram destinados por meio de financiamento direto e R\$ 5,55 bilhões por debêntures incentivadas. O conjunto de recursos sustenta o ciclo de obras da EPR Litoral Pioneiro, que prevê 350 quilômetros de duplicações, 138 quilômetros de faixas adicionais e 73 quilômetros de vias marginais ao longo de 30 anos, em um investimento global de R\$ 12,4 bilhões.

A etapa contratual de ampliação de capacidade, que abrange do terceiro ao oitavo ano da concessão, concentra a maior parte dos investimentos. Antes dela, o primeiro ano foi dedicado à recuperação das condições de tráfego, com ações de manutenção no pavimento, reforço da sinalização, recuperação de pontes e viadutos e implantação do atendimento operacional 24 horas. Grande parte desses serviços foi concluída no primeiro mês de contrato, incluindo a solução definitiva para o km 40 da BR277, área afetada por deslizamentos anteriores ao início da concessão. A concessionária afirma ter priorizado respostas rápidas às demandas de prefeitos e lideranças regionais, antecipando intervenções em trechos mais sensíveis.

No segundo ano, os trabalhos avançaram para a recuperação do pavimento com padrões superiores de qualidade. Em paralelo, tiveram início as instalações dos sistemas de pesagem em movimento (HSWIM), que aprimoram o controle de cargas, e dos pontos de parada e descanso para caminhoneiros, projetados para elevar o bem-estar dos motoristas profissionais.

Infraestrutura

As obras entre Jacarezinho e Santo Antônio da Platina promovem uma reorganização completa da circulação, tanto urbana quanto rural. A nova pista paralela separa o fluxo por sentido, reduz pontos de conflito e amplia a fluidez da viagem. Nos trechos urbanos, o projeto incorpora vias marginais, ciclovias e acessos reordenados, ampliando a segurança local. A ponte sobre o Rio Ubá será duplicada, reforçando a capacidade estrutural do corredor.

Ao todo, o projeto prevê 11 dispositivos de retorno em desnível, seis retornos em nível, cinco pontes, quatro trevos e 19 viadutos, compondo um conjunto de intervenções que facilita manobras, melhora o escoamento de cargas e diminui a pressão sobre áreas sensíveis do tráfego. As melhorias atendem moradores, produtores rurais, empresas de transporte e serviços essenciais, criando condições mais estáveis de circulação entre os dois municípios.

As frentes de trabalho funcionarão de forma simultânea. Para reduzir impactos no cotidiano da população, a concessionária adotará um planejamento flexível, com monitoramento constante do tráfego e ajustes operacionais sempre que necessário. Informações sobre intervenções e condições de circulação serão divulgadas antecipadamente pelos canais oficiais — site, redes sociais e atendimento operacional. O atendimento 24 horas pelo número 0800 277 0153 continua disponível para orientações aos usuários.

De acordo com a EPR Litoral Pioneiro, a execução segue um modelo de atuação baseado no diálogo com o território e na oferta de informações claras aos usuários, orientação que também conduz os projetos de modernização da BR-369 e da PR-092.

A concessionária também informa que esses investimentos, previstos até o sétimo ano de contrato, reforçam o papel do Norte Pioneiro no desenvolvimento regional, ampliando as oportunidades econômicas, turísticas e de circulação em áreas urbanas e rurais, com novos dispositivos, marginais e ampliações de capacidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

SENADO INSTALA FRENTES PARLAMENTAR PARA FORTALECER A NAVEGAÇÃO BRASILEIRA

Colegiado presidido por Marcos Rogério terá foco em aperfeiçoamento legislativo, acompanhamento de políticas públicas e ampliação de investimentos no setor

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os senadores Marcos Rogério (PL-RO), presidente, e Jorge Seif (PL-SC), vice, lideram a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira

O setor de navegação ganhou reforço no âmbito do Legislativo. Foi instalada no Senado a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira, instituída pela Resolução nº 30, de 2025, da casa legislativa. O colegiado tem como presidente o senador Marcos Rogério (PL), e como vice-presidente o senador Jorge Seif (PL).

Marcos Rogério declarou que a frente “nasce de uma convicção: o Brasil só será uma potência logística, produtiva e soberana, se fortalecer a sua navegação”.

Entre os objetivos da frente estão: manter intercâmbio e cooperação com entidades congêneres ou que exerçam atividades ligadas à navegação; estudar e propor o aperfeiçoamento ou a consolidação da legislação reguladora da navegação e acompanhar; fiscalizar e contribuir com as políticas de navegação, segurança e desenvolvimento do setor; apoiar as instituições interessadas no desenvolvimento da navegação junto aos Poderes da República, inclusive em questões orçamentárias; e acompanhar e monitorar a elaboração e a execução do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios para ampliar o investimento público na navegação brasileira.

“Mais de 90% de tudo o que o Brasil exporta chega ao mercado internacional por navios. São mais de 1 bilhão de toneladas por ano movimentadas pelos mares e rios do nosso território. É pela navegação que o agronegócio exporta grãos, a mineração envia riquezas e o petróleo do pré-sal chega ao mundo. É pela navegação que o Brasil se conecta, compete e prospera. Nos países desenvolvidos, o transporte aquaviário é o pilar da logística nacional, seguro, limpo e eficiente. Aqui, precisamos avançar na mesma direção, pois multimodalidade só existe com navegação. A



navegação de longo curso mantém o Brasil integrado ao comércio internacional”, complementou Marcos Rogério.

Participaram da instalação da frente parlamentar o presidente da Federação Nacional das Empresas de Navegação, Raimundo Holanda Cavalcante, e o presidente do Instituto Navegação Brasileira, Willam Araújo.

Custo Brasil

Vice-presidente do colegiado, o senador Jorge Seif também fez considerações sobre a importância da valorização da navegação para, principalmente, reduzir o chamado ‘custo Brasil’. “Nós somos o país com os maiores rios do mundo. Tem rio para onde você for e, mesmo que não tenha mar, você tem como navegar, tem como baratear. O maior custo do agronegócio brasileiro se chama frete.

Nós, infelizmente, lá atrás, optamos pelo modal rodoviário, que é ineficaz devido aos custos que leva. Também temos uma legislação ambiental que criminaliza os meios de transporte no Brasil. Nós temos uma série de problemas, e eu vejo que o modal hidroviário poderia, sim, trazer mais competitividade e, acima de tudo, oportunidades para o nosso Brasil. Por isso, eu estou muito feliz aqui em participar com as senhoras e senhores dessa frente parlamentar”, declarou Seif.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

BRASIL GARANTE NOVO MANDATO NO CONSELHO DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL

Votação na 34ª Assembleia assegura continuidade da participação brasileira nas discussões regulatórias do setor marítimo global

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Brasil foi reconduzido ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO) para o mandato 2026-2027, durante a 34ª sessão da Assembleia da entidade, realizada em Londres. A eleição mantém o país na categoria B, grupo que reúne Estados com maior interesse no comércio marítimo internacional. A IMO é a agência especializada das Nações Unidas responsável por regulamentar o transporte marítimo internacional e fomentar padrões elevados de segurança da navegação, eficiência operacional e proteção ambiental. Criada em 1948, reúne 176 Estados Membros, além de 67 organizações intergovernamentais e 88 organizações não governamentais com status consultivo.

O Brasil integra a organização desde 1963 e ocupa assento no Conselho desde 1967, posição considerada estratégica diante da relevância da atividade marítima para a economia nacional. Atualmente, mais de 95% das trocas comerciais brasileiras são realizadas por via marítima, o que reforça o peso das discussões conduzidas no âmbito da IMO para setores como logística, indústria naval, comércio exterior e proteção ambiental.

Supervisão

O Conselho exerce a função de principal órgão executivo da IMO, responsável por supervisionar o trabalho das comissões e definir prioridades da agenda regulatória internacional.

Nos próximos anos, os debates devem avançar sobre temas como a descarbonização do transporte marítimo, o aprimoramento da segurança da navegação, as condições de trabalho dos marítimos, a aplicação de tecnologias de informação e comunicação, a segurança cibernética e o desenvolvimento de navios autônomos para emprego comercial.

A delegação brasileira na Assembleia foi chefiada pelo almirante de Esquadra José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, que acompanhou a votação no Reino Unido.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

COSTA DIADEMA ABRE A TEMPORADA 2025/2026 DE CRUZEIROS EM ITAJAÍ

Município catarinense se prepara para receber cruzeiristas nos próximos meses; previsão é de 31 escalas em quatro navios

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A temporada em Itajaí seguirá até o começo de 2026, com 31 escalas de quatro navios diferentes. Cerca de 3 mil turistas deverão desembarcar em média a cada parada

A temporada de cruzeiros 2025/ 2026 do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, começou neste domingo, 30 de novembro, com a chegada do navio Costa Diadema, da armadora Costa Cruzeiros.

Segundo a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI), o navio atracou por volta das 7h e deixou o porto por volta das 17h, garantindo uma movimentação intensa ao longo de todo o dia. Na chegada, o Costa Diadema trouxe 4.211 passageiros e 1.234 tripulantes. Durante a escala, 977 passageiros embarcaram e 970 desembarcaram, movimentando a economia local e regional.

A presença de milhares de turistas impactou diretamente setores como transporte, gastronomia, comércio, hotelaria e serviços turísticos, reforçando Itajaí como importante destino do sul do Brasil.

“A chegada do primeiro cruzeiro já mostra o tamanho da oportunidade que essa temporada representa para Itajaí. São milhares de pessoas circulando, consumindo, conhecendo nossa região e gerando renda. Cada escala fortalece a economia local e reafirma o papel do Porto de Itajaí como ponto de conexão entre o turismo marítimo e o desenvolvimento econômico da região e do Estado”, disse João Paulo Tavares Bastos, superintendente do Porto de Itajaí.

A atual temporada de cruzeiros em Itajaí seguirá até o começo de 2026, onde já estão confirmadas 31 escalas de quatro navios diferentes. A projeção da Clia Brasil (Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos) é de que cerca de três mil turistas desembarquem em média a cada parada.

Na temporada 2024/2025, mais de 150 mil passageiros passaram pelo terminal, incluindo 106.886 turistas em trânsito e 45.260 embarques. Durante quatro meses de operação dos navios de cruzeiro, foram injetados R\$ 121 milhões na economia local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

TCU CRIA FORÇA-TAREFA PARA FISCALIZAR NOVE ESTATAIS COM RISCO FISCAL

Financiamento impulsiona obras em 11 terminais, incluindo Congonhas, com ampliação, segurança e geração de empregos até 2028

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Em Congonhas está prevista a ampliação do terminal de passageiros, instalação de pontes de embarque, reformulação do embarque remoto e expansão das áreas comerciais

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 4,64 bilhões em apoio financeiro para o plano de ampliação, modernização e

manutenção de 11 aeroportos administrados pela concessionária Aena no país, incluindo o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. A operação foi estruturada como project finance non-recourse, modelo em que o pagamento é feito com as receitas do próprio projeto, e representa um dos maiores financiamentos já direcionados ao setor aeroportuário brasileiro.

O pacote financeiro inclui R\$ 4,24 bilhões em debêntures e R\$ 400 milhões via linha Finem (destinada a financiar projetos de investimentos públicos ou privados), além de uma oferta pública de debêntures coordenada pelo BNDES e Banco Santander, totalizando R\$ 5,3 bilhões. Ao todo, o financiamento para a Aena Brasil chega a R\$ 5,7 bilhões. Os investimentos abrangem os aeroportos de Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Ponta Porã (MS), Corumbá (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG).

A iniciativa permitirá a execução da Fase I-B dos contratos de concessão, que reúne os principais investimentos em ampliação e adequação de infraestrutura, melhorias estruturais e aumento de capacidade operacional. As obras devem ser concluídas até junho de 2028, em Congonhas, e junho de 2026 nos demais aeroportos. A estimativa é de geração de mais de 2 mil empregos diretos e indiretos durante a implantação e cerca de 700 novos postos após a conclusão.

Em Congonhas, que receberá cerca de R\$ 3,3 bilhões, está prevista a ampliação do terminal de passageiros de 61 mil m² para 134 mil m², instalação de sete novas pontes de embarque, reformulação do embarque remoto e expansão das áreas comerciais para 43 mil m².

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou que os investimentos acompanham a expansão da demanda por transporte aéreo. Em 2024, os 11 aeroportos movimentaram 27,5 milhões de passageiros, o equivalente a 12,8% do total no Brasil e 3% acima do nível pré-pandemia.

O mecanismo financeiro desenvolvido pelo BNDES permitirá que, após a conclusão das obras, a Aena possa refinar sua dívida em condições mais competitivas, reduzindo custos e eliminando o risco de rolagem. A operação recebeu rating AAA.br pela agência Moody's Local Brasil, classificação que indica o mais alto nível de qualidade de crédito na escala nacional, refletindo baixo risco e elevada capacidade de pagamento.

A Aena administra os 11 aeroportos beneficiados e outros seis terminais no Nordeste, que também contaram com apoio do BNDES em operações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

AEROPORTO DE RIO PRETO AVANÇA EM INTERNACIONALIZAÇÃO PARA ATENDER O MIRASSOL

Terminal passa por adequações logísticas e operacionais para viabilizar a participação do time do interior paulista na Libertadores de 2026

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebeneews.com.br



A Aeroportos Paulistas (ASP) diz que conduz o processo de internacionalização temporária, visando atender às operações da participação do Mirassol nos torneios da Conmebol

O aeroporto estadual Professor Eriberto Manoel Reino, em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, passará por ajustes e adequações para que o terminal possa receber voos internacionais. A medida, que está em andamento, visa atender à equipe do Mirassol. Atual quarto colocado no Campeonato Brasileiro, o time já garantiu a classificação de forma antecipada para a Copa

Libertadores de 2026.

Segundo regras da Confederação Sul-Americana de Futebol, a Conmebol, uma das principais exigências em termos de logística é que os times tenham um aeroporto internacional em um raio de 150 quilômetros da cidade onde ocorre a partida. A distância do aeroporto de São José do Rio Preto até o município de Mirassol é de 12 quilômetros.

A Aeroportos Paulistas (ASP), concessionária do terminal, informou em nota que está conduzindo o processo de internacionalização temporária do aeroporto, com o objetivo principal de atender às operações especiais da participação do Mirassol nas competições da Conmebol.

A concessionária esclareceu que, para dar prosseguimento com a internacionalização do terminal, já iniciou as tratativas necessárias com os órgãos competentes, tais como a Polícia Federal, Receita Federal, Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Vigiaagro (Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional), a fim de garantir que o aeroporto atenda integralmente às exigências operacionais e de controle previstos para este tipo de operação. No mês passado, equipes da Receita Federal e PF já realizaram vistorias na infraestrutura do aeroporto.

A administração do aeroporto já se posicionou, garantindo que o terminal tem condições para as determinações de adequação para internacionalização. Para isso, até o momento, não serão necessárias obras estruturais, somente ajustes logísticos e operacionais.

A liberação para voos internacionais será restrita às equipes que vão participar da competição, portanto, não inclui voos comerciais. A expectativa inicial é que operações de pousos e decolagens ocorram no período da madrugada para não interferir na rotina operacional do aeroporto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

ESPECIALISTAS DISCUTEM CAMINHOS PARA AMPLIAR INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

Painel no Fórum Nacional de PPPs 2025 mostrou que o país entra em um novo ciclo de funding, com mercado mais competitivo

Por ALINE BECKETTY redacao.jornal@redebenews.com.br



O debate reuniu representantes do governo e do mercado para avaliar riscos, cenários e a evolução dos instrumentos de captação, especialmente as debêntures incentivadas

O futuro do financiamento da infraestrutura foi o tema central do último painel do Fórum Nacional de PPPs 2025, realizado em Brasília pelo PPI, Banco do Brasil e ApexBrasil. O debate reuniu representantes do governo e do mercado para avaliar riscos, cenários e a evolução dos instrumentos de captação, especialmente as debêntures incentivadas, hoje fundamentais para destravar projetos no país.



Participaram do encontro integrantes do Tesouro Nacional, BNDES, Anbima, Abdib, Banco do Brasil e Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Um dos pontos mais sensíveis foi o impacto das debêntures sobre a curva de juros e o custo final dos financiamentos.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, chamou atenção para o efeito concorrencial entre emissões públicas e privadas. “Nos últimos meses houve mais emissões privadas do que públicas, gerando concorrência e abrindo a curva de juros... Seria melhor colocar um subsídio direto para reduzir o custo de capital... Ficaria mais barato para o tomador e para o Tesouro Nacional.”

A avaliação foi rebatida pela Abdib, que ressaltou que o instrumento foi decisivo para elevar o nível de investimentos em infraestrutura a 2,2% do PIB, considerado um patamar mais adequado para enfrentar o déficit histórico do setor.

O debate também destacou a mudança estrutural no mercado. Segundo o superintendente de Infraestrutura do BNDES, Felipe Borim, o país passou por uma inflexão que ampliou o papel do mercado de capitais nas grandes obras. “Há dez anos, infraestrutura era praticamente 100% dependente do BNDES... Essa evolução foi muito saudável. Hoje, os grandes projetos são financiados via debêntures, trazendo o mercado de capitais para compartilhar o risco.”

Entre as barreiras ainda presentes, especialistas apontaram a baixa participação de investidores institucionais, a necessidade de capacitação de estados e municípios e a ampliação dos mecanismos de garantia.

O Banco do Brasil projetou R\$ 20 bilhões em operações garantidas pela União em 2025 e destacou novas estruturas de apoio a governos locais. Já o Ministério da Integração reforçou iniciativas como a plataforma PPPFlix e o FDIRS, voltado ao desenvolvimento de projetos regionais e preparação de carteiras.

Apesar dos desafios, governo e mercado convergem em um diagnóstico: o Brasil vive um novo ciclo de financiamento da infraestrutura mais diversificado, competitivo e com instrumentos capazes de sustentar a expansão das concessões e PPPs nos próximos anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

PETROBRAS AMPLIA PARTICIPAÇÃO NA JAZIDA DE TUPI APÓS APROVAÇÃO DA ANP

Novo aditivo ao Acordo de Individualização da Produção eleva fatia da estatal para 67,457% e redefine as parcelas de Shell, Petrogal e PPSA

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A nova determinação entrou em vigor imediatamente, conforme notificado à companhia

A Petrobras elevou sua participação na Jazida Compartilhada de Tupi, na Bacia de Santos, para 67,457% após a aprovação, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do termo aditivo ao Acordo de Individualização da Produção (AIP). A nova determinação entrou em vigor imediatamente, conforme notificado à companhia. O aditivo decorre da conclusão do processo da primeira redeterminação da jazida, que reúne áreas sob regimes distintos de exploração e inclui parcelas pertencentes à União.

A Jazida Compartilhada de Tupi compreende três componentes. O primeiro é o contrato de concessão BM-S-11, que cor-responde ao campo de Tupi, operado pela Petrobras com participação original de 65%, em parceria com Shell (25%) e Petrogal (10%). O segundo é o Bloco Sul de Tupi, vinculado ao contrato de Cessão Onerosa, no qual a Petrobras detém 100% de participação. O terceiro é a área não contratada, pertencente à União e representada pela Pré-Sal Petróleo (PPSA) no âmbito do AIP, conforme regras estabelecidas pela Lei 12.351/2010.



Com o novo aditivo, a fatia da Petrobras na jazida passa de 67,216% para 67,457%. As demais participações foram ajustadas: a Shell teve sua parcela reduzida de 23,024% para 22,650%; a Petrogal passou de 9,209% para 9,060%; e a PPSA aumentou de 0,551% para 0,833%. Segundo os comunicados ao mercado, essas alterações refletem a redistribuição das participações após a redeterminação do volume recuperável da jazida, procedimento previsto para garantir proporcionalidade entre investimentos e volumes atribuídos a cada parte.

A mudança enseja compensações financeiras entre as empresas envolvidas. Os Acordos de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV), que regulam os ajustes relativos a gastos incorridos e receitas obtidas com a produção até a data de efetividade do aditivo, determinam que as companhias realizem as compensações previstas.

Os valores estão em apuração e o montante a ser recebido pela Petrobras será registrado nas demonstrações financeiras do quarto trimestre de 2025, com previsão de entrada de caixa no primeiro trimestre de 2026.

As publicações especializadas destacam que as ações da Petrobras recuaram 0,63%, para R\$ 31,59, após o anúncio, refletindo a reação inicial do mercado.

Participações

As empresas parceiras informaram que o aditivo reforça a segurança jurídica do projeto ao formalizar a nova distribuição de participações. Executivos citados em análises de mercado afirmam que, apesar da recomposição financeira prevista, não há expectativa de dividendos extraordinários entre 2026 e 2030 no âmbito dessa operação. A Petrobras esclareceu ainda que o AIP de Tupi não abrange a jazida denominada Iracema, que permanece com as participações vigentes do consórcio BM-S-11.

O termo aditivo aprovado pela ANP passa a reger a relação entre as partes na etapa seguinte de exploração e produção, mantendo os critérios previstos para a administração da jazida compartilhada, que envolve regimes distintos de contratação e áreas operadas exclusivamente pela Petrobras, além da parcela da União representada pela PPSA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

TRANSPETRO FIRMA CONTRATO PARA DIGITALIZAR REGISTROS DE BORDO

Ferramenta eletrônica reúne dados de manutenção, segurança e logística, garantindo integridade e rastreabilidade dos registros

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

A Transpetro deu um novo passo em sua agenda de transformação digital ao assinar um contrato para a implantação de livros operacionais eletrônicos (e-logs) nos navios da frota. O acordo foi firmado no dia 17 de novembro com a ABS Wavesight, uma das maiores sociedades classificadoras do mundo, e marca a Transpetro como a primeira empresa da América Latina a adotar esse modelo de forma abrangente em suas operações marítimas.

Os e-logs reúnem diretrizes detalhadas sobre manutenção, segurança, operação e logística das embarcações. Esses registros são utilizados tanto pelas equipes das empresas proprietárias dos navios quanto pelas autoridades portuárias de diferentes países. Em todos os portos, os livros são consultados e funcionam como base para processos de fiscalização, o que reforça a importância da integridade e da padronização das informações.

Com o novo contrato, a Transpetro iniciará a substituição gradual dos livros físicos utilizados em operações previstas pelas convenções internacionais Solas (Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar) e Marpol (Convenção para a Prevenção da Poluição por Navios).

A adoção dos Electronic Record Books (ERBs) é acompanhada de expectativas de ganhos operacionais e de conformidade regulatória. Entre os benefícios listados pela companhia estão a padronização dos registros, a redução de erros de preenchimento e a mitigação de apontamentos em auditorias e inspeções.

A empresa destaca também o ganho de eficiência a bordo, com preenchimento guiado, validações automáticas e anexos digitais que diminuem a carga administrativa e liberam oficiais para atividades consideradas de maior valor. A companhia aponta ainda que os registros eletrônicos são imunes a adulterações.

Avanço

O diretor de Transporte Marítimo da Transpetro, Jones Alexandre, afirmou que a iniciativa representa um avanço na estratégia digital da empresa e contribui para melhores condições de trabalho nas embarcações.

“Ao migrarmos para livros operacionais eletrônicos, damos um salto nesse sentido, incluindo integridade de dados e conformidade regulatória, com rastreabilidade e auditoria em tempo real. Dessa forma, reforçamos nosso compromisso com inovação responsável, colaboração com as tripulações e resultados sustentáveis”, declarou.

Na primeira etapa, cinco livros eletrônicos serão adotados nas embarcações da frota: Registro de Óleo – Partes I e II, Registro de Água de Lastro, Registro de Lixo e GMDSS Lobos (Sistema Global Marítimo de Socorro e Segurança).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/12/2025

APEXBRASIL LEVA PROJETOS DE ENERGIA E MINERAÇÃO A INVESTIDORES CHINESES

Delegação brasileira participa do BNEF Summit e de encontros com empresas dos setores eólico, de baterias, armazenamento e equipamentos pesados

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O objetivo central da missão foi ampliar a presença do Brasil em debates internacionais sobre transição energética, diversificação da matriz elétrica e projetos minerais

A busca por novos investimentos em energias renováveis e mineração sustentável, além do fortalecimento das relações comerciais com a China, orientou a missão brasileira liderada pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) na última semana de novembro. O objetivo central foi ampliar a presença do

Brasil em debates internacionais sobre transição energética, diversificação da matriz elétrica e projetos minerais, ao mesmo tempo em que o país se apresenta a investidores chineses como um parceiro capaz de oferecer oportunidades concretas nessas áreas.

A participação no BNEF Summit Shanghai 2025 foi o ponto de maior visibilidade da missão. O evento reuniu 600 líderes dos setores de energia, transportes, tecnologia, finanças e governos para discutir tendências globais em energias renováveis, transição energética e mineração, com foco em sustentabilidade e nos desafios que atravessam cadeias produtivas internacionais. Como parte da programação oficial, a ApexBrasil promoveu uma mesa redonda exclusiva para destacar o Brasil como um dos protagonistas globais nos temas de energia limpa, ressaltando a agenda climática

ambiciosa do país e seu potencial para influenciar estratégias internacionais, impulsionar o desenvolvimento sustentável e ampliar sua presença como parceiro comercial competitivo.

A missão contou com uma delegação que incluiu representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da diplomacia brasileira. No contexto da cooperação bilateral, várias agendas paralelas ocorreram em Xangai e outras regiões, com foco em reuniões com empresas chinesas interessadas em ampliar ou iniciar investimentos no Brasil.

Uma das atividades foi a visita técnica ao Sany Group, conglomerado chinês com atuação em energias renováveis, equipamentos para mineração e armazenamento. Durante o encontro, foram discutidos planos de novos investimentos da empresa no Brasil a partir de 2026. A missão também se reuniu com a CRRC, que já mantém investimentos no transporte ferroviário brasileiro e planeja expandir sua atuação para energias renováveis, especialmente no segmento eólico; e com a Gotion High-Tech, fornecedora global de baterias e soluções de armazenamento, que vem registrando forte crescimento no setor de sistemas de armazenamento de energia (ESS).

Outro encontro considerado promissor foi com a Envision. A empresa investiu este ano no Brasil em um projeto de SAF e planeja um novo investimento em energia eólica. A companhia atua em turbinas eólicas inteligentes, armazenamento de energia e soluções de hidrogênio verde, e estará no Brasil na semana seguinte para participar da Fórmula-E, evento que vem ampliando a visibilidade da eletrificação automotiva.

Essas visitas integram a estratégia de Outreach de Investimentos conduzida pela ApexBrasil, voltada à apresentação de oportunidades e serviços da Agência nos setores de energias renováveis e mineração. A abordagem está alinhada aos programas estratégicos da Gerência de Investimentos da instituição e às políticas públicas brasileiras de desenvolvimento econômico.

Projetos de mineração

A mineração sustentável também teve destaque na agenda brasileira na China. A ApexBrasil e representantes do governo apresentaram a investidores chineses sete projetos de mineração em estados como Goiás, Bahia, Minas Gerais e Sergipe, durante o primeiro Fórum de Investimentos Brasil-China de Minerais Críticos. Além das iniciativas detalhadas pela delegação, o público teve acesso ao catálogo de projetos de mineração organizado pela agência. O evento buscou aproximar o ecossistema brasileiro de minerais críticos de parceiros estratégicos chineses, abrindo espaço para cooperação tecnológica e novos aportes financeiros.

O fórum reuniu autoridades governamentais, executivos de empresas de mineração, fundos de investimentos, bancos de fomento, instituições financeiras e representantes dos governos brasileiro e chinês. A programação incluiu painéis temáticos, rodadas de negócios e visitas técnicas a empresas e parques industriais chineses, com foco no papel dos minerais críticos no contexto da transição energética global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

ARCELORMITTAL E CASA DOS VENTOS INICIAM OPERAÇÃO PLENA DE PARQUE EÓLICO



Complexo Babilônia Centro, na Bahia, entra em fase comercial com 123 aerogeradores e fornece energia para contratos de longo prazo

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Com capacidade de geração de 553,5 MW, o empreendimento teve a outorga concedida pela Agência



Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com validade de 35 anos

A ArcelorMittal e a Casa dos Ventos iniciaram a operação comercial plena do Complexo Babilônia Centro, parque eólico instalado em Várzea Nova, na região Centro-Norte da Bahia. O empreendimento, concluído de forma antecipada em julho, conta com 123 aerogeradores conectados ao Sistema Interligado Nacional e teve sua operação integral autorizada em outubro.

O investimento total foi de R\$ 4,2 bilhões, com capacidade de geração de 553,5 MW. A outorga concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem validade de 35 anos.

A joint venture formada pelas empresas em abril de 2023 prevê a construção e operação conjunta do complexo. O contrato corporativo firmado entre as partes está entre os maiores do país no segmento de energia renovável e estabelece o fornecimento inicial de 267 MW de energia eólica para a ArcelorMittal, volume equivalente ao consumo de mais de 1 milhão de residências.

O projeto marca a entrada da ArcelorMittal no setor eólico no Brasil. Segundo Everton Negresio, CEO da ArcelorMittal Aços Longos Latam, o início antecipado da operação é relevante para a estratégia energética da companhia.

“Antecipamos o início de operação comercial em um momento muito importante. A ArcelorMittal é a quarta maior consumidora de energia do país, e a inauguração do Complexo Babilônia Centro vai nos permitir a diversificação da matriz energética, aumentar a competitividade, contribuir para a redução de consumo e custos operacionais e na descarbonização de nossas operações”, afirmou.

Durante a construção do parque, a ArcelorMittal forneceu o vergalhão XCarb, produzido com baixa pegada de carbono e utilizado nas fundações das torres eólicas. O aço é fabricado com 100% de material metálico reciclado e 100% de energia renovável, o que permite uma redução de cerca de 60% nas emissões de carbono do processo produtivo.

Potencial

De acordo com dados das empresas, o Complexo Babilônia Centro tem potencial para evitar a emissão de aproximadamente 204 mil toneladas de CO₂ por ano. A transição energética integra a estratégia de descarbonização da ArcelorMittal, que projeta atingir 100% de energia elétrica renovável até 2030 e zerar as emissões líquidas até 2050.

Lucas Araripe, diretor-executivo da Casa dos Ventos, destacou o avanço do empreendimento e a ampliação da parceria entre as empresas. “Nós estamos muito satisfeitos com mais uma antecipação do empreendimento eólico e pela ampliação da parceria para a construção de uma usina solar, diversificando nosso escopo de atuação. Os avanços consistentes alcançados têm sido fruto de uma visão estratégica alinhada entre as companhias e uma colaboração operacional bem-sucedida entre os times envolvidos”, afirmou.

A cooperação entre ArcelorMittal e Casa dos Ventos foi expandida em agosto de 2024, com a criação de uma segunda joint venture para implantação de um projeto de energia solar no mesmo complexo, entre os municípios de Morro do Chapéu e Várzea Nova. O novo empreendimento prevê investimentos de aproximadamente R\$ 700 milhões para uma usina de 200 MW de potência instalada. As obras estão em ritmo avançado e a previsão é que a operação comercial tenha início neste mês.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

HOCHSCHILD ATIVA USINA SOLAR PARA ABASTECER MINA MARA ROSA

Estrutura de 45 MW em cidade de Minas Gerais passa a suprir integralmente a operação em Goiás no modelo de autoprodução

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Hochschild Mining finalizou a implantação de uma usina de energia solar em Jaboticatubas (MG), projetada para abastecer integralmente a demanda energética da mina Mara Rosa, localizada no norte de Goiás. A companhia afirma que a nova estrutura permitirá uma operação mais sustentável e competitiva, apoiada na redução de custos e na previsibilidade do suprimento. Com potência instalada de 45 MW, a usina destina sua produção ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no modelo de autoprodução.

Segundo Ediney Drummond, country manager da Hochschild Mining, o projeto está alinhado às metas ambientais e operacionais da empresa. “A iniciativa tem como objetivo suprir toda a demanda de energia para a operação durante a vida útil da mina em Mara Rosa e está alinhada a dois importantes valores da companhia: responsabilidade e sustentabilidade. O objetivo temporário é reduzir as emissões dos escopos 1 e 2, até 2030, em 30% na comparação com o cenário de 2021, e atingir emissões líquidas zero de GEE até 2050”, afirmou.

As obras tiveram início em 2023 e contaram com consultoria do grupo CMU Energia. A empresa identificou que o modelo de autoprodução seria a alternativa mais competitiva e adequada para garantir o menor custo energético ao longo da operação. A consultoria atuou na estruturação e na negociação do contrato, com foco no equilíbrio entre custo, segurança e sustentabilidade. “A adoção do modelo sugerido pela CMU, a Hochschild se destaca como referência em eficiência energética e sustentabilidade no setor mineral, assegurando que toda a energia consumida em Mara Rosa seja proveniente de fonte solar renovável”, disse o presidente da CMU Energia, Walter Fróes.

Além da orientação para o modelo regulatório, a CMU mantém acompanhamento permanente das operações energéticas da mineradora. A empresa atua na otimização de custos, no monitoramento do consumo e na representação da Hochschild no mercado livre de energia. “Essa abordagem integrada assegura conformidade regulatória e maximiza os benefícios econômicos e operacionais do modelo de autoprodução”, afirmou Fróes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

ESTUDO IDENTIFICA INCONSISTÊNCIAS EM 95 MIL PROCESSOS DE MINERAÇÃO NO PAÍS

Novo monitor reúne oito décadas de dados da ANM e revela falhas de permissão, atividade em áreas proibidas e extração fora dos limites

Por Agência Brasil



Em um total de 3.536 processos, foi identificada a sobreposição de inconsistência, com problemas no processo e também no local de atuação da atividade de mineração

No Brasil, há 257.591 processos minerários em atividade, dos quais 95.740, o equivalente a 37%, apresentam algum tipo de inconsistência, de acordo com o Monitor da Mineração do MapBiomass, plataforma lançada nesta terça-feira (2). A ferramenta consolida dados de mais de 80 anos de processos da Agência Nacional de Mineração (ANM) e permite o cruzamento com o histórico da área minerada a partir de mapas anuais de

cobertura e uso da terra no país.

De acordo com o coordenador da equipe Mineração do MapBiomass, César Diniz, o Monitor reúne e organiza dados dispersos, destaca situações mações de forma clara, compreensível e com acesso gratuito, tanto para órgãos de fiscalização e controle, quanto para jornalistas, pesquisadores e sociedade civil organizada.



“Sua finalidade é apoiar o Poder Público na ampliação da transparência e no aprimoramento dos processos relacionados à produção, à comercialização e à aquisição de produtos oriundos das atividades minerárias”, explica.

Os dados detalhados na plataforma apontam que a maior parte dos processos inconsistentes apresenta problemas com a permissão. São 84.466 processos, ou 33% do total, que não possuem concessão de lavra, registro de extração, licenciamento, permissão de lavra garimpeira ou autorização de pesquisa com guia de utilização válida.

“Se o processo não está em nenhuma dessas etapas, qualquer extração ali identificada é considerada irregular por falta terizando o processo como portador de um sinal de mineração em fase inapropriada”, afirma Diniz.

Há também 7.738 processos, ou 3% do total, que atuam em territórios onde a atividade é proibida por lei, como terras indígenas, unidades de conservação de proteção integral, reservas extrativistas (Resex) e reservas particulares do patrimônio natural (RPPN).

Em um total de 3.536 processos, foi identificada a sobreposição de inconsistência, com problemas no processo e também no local de atuação da atividade de mineração.

Estados

No recorte por estado, Minas Gerais, Bahia e Pará são as unidades da federação com maior número de processos minerários no país, representado 20,4%, 11,5% e 9,2% respectivamente. Nos dois primeiros estados, a autorização para pesquisa é o tipo de processo que prevalece, enquanto no Pará o requerimento de lavra garimpeira é o processo mais comum.

Apesar de Minas Gerais possuir o maior número de processos, a Bahia é o estado com mais inconsistência processual, irregularidade presente em mais da metade (53%) dos registros no sistema da ANM

Já o estado do Pará apresentou proporcionalmente a maior quantidade de processos com inconsistência temporal, representando 4,19% dos registros do estado. São casos em que a extração mineral ocorreu antes do período de vigência de uma autorização ou quando, apesar da autorização adequada, é criada, por exemplo, uma unidade de conservação de uso restrito ou um território indígena, após a concessão da licença. Também no Pará há o maior percentual (4,83%) de processos que apresentam sinais de extração minerária além dos seus limites territoriais.

Inadimplência

O recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – valor pago aos municípios, estados e à União para compensar os impactos da atividade nos territórios – também pode ser acompanhado pela plataforma. Nos casos em que há obrigatoriedade do tributo, um recorte dos últimos seis meses aponta inadimplência em 56,4% dos processos.

Além da visualização de estatísticas como número, fase e distribuição dos processos de mineração, é possível aplicar filtros para realizar recortes ou cruzar dados. O Monitor da Mineração também permite a geração de um laudo por processo, com oito indicadores que incluem os dados puros, um resumo de cruzamento de dados, imagens de satélite, com mosaicos anuais e fontes dos dados.

“Com mais clareza e acessibilidade, todos conseguem identificar irregularidades mais rapidamente, acompanhar a evolução dos processos e atuar de forma mais eficiente no enfrentamento de práticas ilegais no setor mineral”, conclui César Diniz.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

NA ÁSIA, BRASIL APRESENTA NOVO MARCO DE BIOINSUMOS E AJUSTES NA LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS

Secretário do Ministério da Agricultura destaca pioneirismo da lei, reforço ao modelo tripartite e desafios como proteção de propriedade intelectual

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



Foram apresentadas durante o Simpósio Internacional sobre Sistemas de Registro de Pesticidas as principais mudanças legislativas conduzidas pelo Brasil nos últimos dois anos

Liderando a delegação brasileira na Coreia do Sul, o secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart, apresentou nesta quarta-feira (26), durante o Simpósio Internacional sobre Sistemas de Registro de Pesticidas, as principais mudanças legislativas conduzidas pelo Brasil nos últimos dois anos, com foco na modernização do sistema regulatório de

agrotóxicos e na criação do novo marco legal de bioinsumos.

Durante sua fala, o secretário explicou que a nova legislação de agrotóxicos não alterou requisitos técnicos, mas ampliou a clareza das normas e fortaleceu princípios já utilizados pelo Brasil, como a análise de risco, agora obrigatória para todas as instâncias do processo decisório. “Nosso objetivo foi organizar e dar transparência ao que o país já aplicava, mantendo o rigor técnico que sempre caracterizou o sistema brasileiro”, destacou Goulart.

A lei também reforça o modelo tripartite brasileiro, composto pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) para eficiência agrônômica, a Anvisa para toxicidade humana e o Ibama para toxicidade ambiental. Além disso, a legislação deixou mais clara as atribuições do Mapa para coordenar as análises de acordo com as necessidades estratégicas da agricultura brasileira.

Na segunda parte de sua apresentação, o secretário apresentou a recém-criada Lei de Bioinsumos, publicada no fim do ano passado, que atende a uma necessidade crescente do setor de regulamentar tecnologias que não se enquadram mais nas legislações tradicionais baseadas em produtos químicos.

“O Brasil é hoje o maior usuário de produtos de base biológica do mundo, com 49% dos agricultores adotando algum tipo de bioinsumo e projeção de alcançar mais de 70% em até dez anos”, pontuou Goulart.

A nova lei cria um sistema abrangente, capaz de acomodar tecnologias inovadoras, como produtos derivados de plantas, animais ou microrganismos, inclusive geneticamente modificados. Também traz inovação ao possibilitar que um mesmo produto exerça múltiplas funções, por exemplo, atuar como fertilizante e como pesticida, evitando duplicidade de registros e reconhecendo a multifuncionalidade tecnológica de biológicos de nova geração.

Segundo o secretário, trata-se de uma legislação pioneira. “É uma das primeiras iniciativas globais com abordagem tão abrangente, necessária para acompanhar o ritmo das inovações que chegam ao setor”.

Apesar dos avanços, Goulart alertou para desafios ainda existentes, como a proteção de propriedade intelectual, especialmente para produtos que não são patenteáveis.

O decreto que regulamentará a Lei de Bioinsumos está em fase final de elaboração. A expectativa é que seja concluído nos próximos meses. “O Brasil continuará demandando produtos químicos, mas é

hoje também o maior mercado de tecnologias biológicas. Garantir um ambiente regulatório moderno é essencial para que essas inovações cheguem ao campo no momento certo”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

GOVERNO FECHA NOVAS ABERTURAS DE MERCADO E LIBERA EXPORTAÇÕES PARA TRÊS PAÍSES

Filipinas autorizam gordura bovina; Guatemala, arroz beneficiado; e Nicarágua, sementes de milho, crotalária e nabo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Nas Filipinas, as autoridades sanitárias aprovaram a exportação de gordura bovina, insumo usado na produção de biocombustíveis como o SAF, o combustível sustentável de aviação

O governo federal informa que concluiu negociações sanitárias e fitossanitárias com os governos das Filipinas, da Guatemala e da Nicarágua, que permitirão ao Brasil exportar diversos produtos agropecuários para aqueles países.

Nas Filipinas, as autoridades sanitárias aprovaram a exportação de gordura bovina do Brasil. Trata-se de insumo utilizado na indústria de alimentos e na produção de biocombustíveis, contribuindo neste último caso para a geração de energia de baixo carbono, em particular o diesel verde e o “Sustainable Aviation Fuel”, o combustível sustentável de aviação. Com cerca de 115 milhões de habitantes, as Filipinas são um dos maiores mercados consumidores do Sudeste Asiático. Entre janeiro e outubro de 2025, o país importou quase US\$ 1,5 bilhão em produtos agropecuários do Brasil.

Na Guatemala, o Brasil obteve autorização fitossanitária para exportar arroz beneficiado (sem casca). Com uma população de cerca de 18 milhões de habitantes, a Guatemala importou mais de USD 192 milhões em produtos agropecuários brasileiros entre janeiro e outubro de 2025. Os cereais foram o principal produto exportado pelo Brasil neste ano.

Na Nicarágua, as autoridades fitossanitárias autorizaram o Brasil a exportar sementes de milho, crotalária e nabo, insumos estratégicos para a agricultura tropical, que contribuem para o aumento da produtividade e a redução da dependência de fertilizantes minerais. Entre janeiro e outubro de 2025, a Nicarágua importou cerca de USD 55 milhões em produtos agropecuários do Brasil.

Com esses anúncios, o agronegócio brasileiro alcança 496 aberturas de mercado desde o início de 2023.

Segundo o governo, os resultados reforçam a estratégia de diversificação de destinos e de produtos, incluindo itens de maior valor agregado, e são fruto do trabalho conjunto entre o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

INMETRO INAUGURA DELEGACIA CIBERNÉTICA PARA COMBATER FRAUDES NO E-COMMERCE

Unidade usará inteligência artificial para identificar produtos irregulares e reforçar a proteção ao consumidor e à indústria nacional

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



“O que nós queremos é que as próprias plataformas tomem todas as medidas para colocarem produtos certificados”, completou, disse o vice presidente e ministro Alckmin

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, Geraldo Alckmin, disse nesta sexta-feira (28) que o combate a fraudes no comércio eletrônico protege o consumidor e a indústria brasileira, pois pode impedir ou reduzir a venda de produtos não certificados pela internet.

A avaliação foi feita durante a inauguração da Delegacia Cibernética do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), em São Paulo. A nova unidade funcionará integrada ao Guardião Digital, com uso de inteligência artificial para monitorar sites e plataformas de e-commerce, além de identificar anúncios suspeitos de produtos e instrumentos irregulares.

“É preciso ter segurança nas compras feitas pela internet para que não se adquiram produtos falsos, contrabandeados, o que prejudica o consumidor, que perde em segurança e qualidade, mas também a indústria brasileira, que sofre uma concorrência desleal que atrapalha a economia”, afirmou Alckmin. “O que nós queremos é que as próprias plataformas tomem todas as medidas para colocarem produtos certificados, com garantia, à disposição dos consumidores”, completou.

Para o secretário de Competitividade e Política Regulatória do MDIC, Pedro Ivo, a Delegacia Cibernética ajudará a garantir a qualidade dos produtos à venda em sites e plataformas de e-commerce. “Com uso da inteligência artificial, será possível localizar produtos que fujam à conformidade e garantir um melhor atendimento aos consumidores”, afirmou.

A Delegacia Cibernética do Inmetro se utilizará de inteligência artificial e expertise técnica para, por meio de cruzamento de informações com bases oficiais de produtos certificados, identificar possíveis irregularidades, como venda de produtos sem certificação obrigatória, sem registro ou instrumentos sem aprovação, com informações técnicas manipuladas ou com selos do Inmetro aplicados de forma enganosa.

Quando forem detectados indícios de não conformidade, a Delegacia Cibernética comunicará a plataforma de e-commerce com orientações para retirada do anúncio, notificando o responsável. Caso a irregularidade seja confirmada, o Inmetro aplicará penalidades previstas em lei, inclusive auto de infração e multa, que pode chegar a R\$ 1,5 milhão.

Inicialmente, o Guardião Digital vai monitorar quatro grupos de produtos prioritários: fios e cabos elétricos, balança comercial, pastilhas de freio e cadeiras plásticas monobloco. Demais produtos regulados pelo Inmetro serão incorporados de forma gradual à plataforma.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

MERCADO REDUZ PREVISÃO DA INFLAÇÃO PARA 4,43% ESTE ANO, ABAIXO DO TETO DA META

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,18% para 4,17%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente

Da Agência Brasil



Apesar da queda da inflação, a taxa de juros continua a 15%, o que desestimula o consumo. Segundo analistas, é provável que isso não mude este ano

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerado a inflação oficial do país passou de 4,45% para 4,43% este ano. A estimativa foi publicada no boletim Focus desta segunda-feira (1º), divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2026, a projeção da inflação variou de 4,18% para 4,17%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Pela terceira semana seguida, a previsão foi reduzida, após a divulgação do resultado da inflação de outubro, a menor para o mês em quase 30 anos. Com isso, a estimativa alcançou o intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A redução na conta de luz puxou a inflação oficial para baixo e fez o IPCA fechar outubro em 0,09%, o menor para o mês desde 1998, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro, o índice havia marcado 0,48%. Em outubro de 2024, a variação havia sido de 0,56%.

Com esse resultado, a inflação acumulada em 12 meses é 4,68%, a primeira vez, em oito meses, que o patamar fica abaixo da casa de 5%. No entanto, ainda acima do teto da meta do CMN.

Juros básicos

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros a Selic definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC.

O recuo da inflação e a desaceleração da economia levaram à manutenção da Selic pela terceira vez seguida, na última reunião, no mês passado. No entanto, o colegiado não descarta a possibilidade de voltar a elevar os juros “caso julgue apropriado”.

Em nota, o BC informou que o ambiente externo se mantém incerto por causa da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, com reflexos nas condições financeiras globais. Já no Brasil, a autarquia destacou que a inflação continua acima da meta, apesar da desaceleração da atividade econômica, o que indica que os juros continuarão altos por bastante tempo.

A estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica encerre 2025 nesses 15% ao ano. Para o fim de 2026, a expectativa é que a Selic caia para 12% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida novamente para 10,5% ao ano e 9,5% ao ano, respectivamente.

Demanda aquecida

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

APÓS OSCILAR DURANTE O DIA, DÓLAR SOBE E FECHA PERTO DE R\$ 5,36 COM PRESSÃO DE REMESSAS

Com procura pela moeda americana no mercado local para envio de recursos ao exterior, alta foi de 0,46%; Ibovespa fechou em baixa de 0,29%

Do Estadão Conteúdo

Depois de oscilações contidas pela manhã, o dólar ganhou força ao longo da tarde e encerrou esta segunda-feira, 1º, em alta de 0,46%, a R\$ 5,3593, após máxima a R\$ 5,3613. Operadores atribuíram o tropeço do real a um aumento da procura pela moeda americana no mercado local para envio de recursos ao exterior, como lucro se dividendo.

O diretor da Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, avalia que, passada a rolagem de contratos futuros na virada do mês, já se verifica uma demanda maior por "dólar spot" para as remessas de fim de ano. "Prova disso é a abertura do cupom cambial curto. Essa pressão deve durar o mês todo, mas não vejo uma alta muito grande do dólar", afirma o tesoureiro, ressaltando que o Banco Central tende a intervir.

A perspectiva de analistas é que o BC possa, além de rolar linhas existentes, promover oferta de novas linhas com compromisso de recompra. Estaria no radar também a realização de oferta conjunta de dólar à vista com swap cambial reverso, operação apelidada de "casadão". Pela manhã, em evento da XP, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, voltou a defender o regime de câmbio flutuante e repetiu que a autarquia intervém no mercado de câmbio apenas em casos de "disfuncionalidade".

Ibovespa

Após ter encerrado novembro da exata forma como havia fechado outubro, em máximas históricas em ambos os meses, o Ibovespa inicia dezembro acumulando ganho perto de 32% no ano, por enquanto a caminho de seu melhor desempenho desde 2016, quando escalou quase 39% (38,94%). Nesta segunda-feira, 1º de dezembro, o índice da B3 oscilou dos 158.029,48 até os 159.223,92 pontos, saindo de abertura aos 159.073,46 pontos. Ao fim, marcava 158.611,01 pontos, em baixa de 0,29%, com giro a R\$ 22,0 bilhões. No ano, até aqui, o índice avança 31,86%.

Na B3, o desempenho negativo do setor financeiro, o de maior peso no Ibovespa, impôs-se aos carros-chefes das commodities, Vale (ON +0,77%) e Petrobras (ON +0,63%, PN +0,19%), favorecidos hoje pelo avanço do minério, na China, e do petróleo, em alta acima de 1%, em Londres e Nova York. Na ponta ganhadora do índice no fechamento, Eneva (+3,42%), WEG (+2,10%) e BB Seguridade (+1,47%).

No lado oposto, MBRF (5, 02%), C&A (4, 28%) e CVC (-3,72%). Entre os bancos, as perdas ficaram entre 0,61% (BTG Unit) e 1,53% (Bradesco PN, na mínima do dia no fechamento).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

BC LANÇA SERVIÇO QUE VISA COMBATER ABERTURA DE CONTAS FRAUDULENTAS E GOLPES



Ferramenta permite que pessoas e empresas informem ao Sistema Financeiro Nacional que não desejam abrir novas contas

Do Estadão Conteúdo

Entre janeiro e novembro deste ano foram registradas 1,3 milhão de pedidos de informação e reclamações contra instituições financeiras. Os números já superam os de 2024



O Banco Central (BC) lançou nesta segunda-feira, 1º, o BC Protege +, serviço que combate a abertura de contas fraudulentas e outros golpes. Oferecida gratuitamente à população, a ferramenta permite que pessoas e empresas informem ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) que não desejam abrir novas contas e nem ser incluídas como titulares ou representantes em contas.

A proteção se aplica a contas de depósitos à vista, de depósitos de poupança e de pagamento pré-pagas. Ela vale para todas as novas aberturas de contas, mesmo que sejam na mesma instituição ou conglomerado em que o CPF ou o CNPJ já esteja registrado.

O Banco Central (BC) já havia anunciado que trabalhava na medida em maio, quando publicou normas de um novo serviço para permitir que qualquer cidadão informe a todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN) que não autoriza a abertura de novas contas corrente, poupança ou de pagamento em seu nome. À época, ficou definido que a ferramenta seria lançada em dezembro deste ano, mas ela não chegou a ser nomeada.

A diretora de Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central, Izabela Moreira Correa, afirmou que a expectativa da autarquia é de que o BC Protege+ contribua para a preservação e o fortalecimento da integridade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Segundo ela, do ponto de vista do cidadão e das empresas, o BC espera que o serviço resulte em uma diminuição das aberturas de contas fraudulentas, forneça mais segurança para quem já foi vítima de vazamento de dados e reduza eventuais prejuízos, sejam eles financeiros ou emocionais.

De acordo com a diretora do BC, desde que o serviço entrou no ar às 10 horas desta segunda-feira, 7,8 mil usuários já ativaram a proteção.

Ainda segundo ela, no mesmo período, foram realizadas 500 mil consultas por instituições financeiras, com 263 retornos de não interesse na abertura de contas ou inclusão de titularidade.

A diretora afirmou que o serviço faz parte de uma série de ações tomadas pelo BC para oferecer ferramentas ao cidadão. Ao citar números desses serviços oferecidos pela autarquia, a diretora destacou que entre janeiro e novembro deste ano foram registradas 1,3 milhão de demandas de pedidos de informação e reclamações contra instituições financeiras. A quantia supera a registrada ao longo de 2024, disse.

Novos produtos

O chefe do Departamento de Atendimento Institucional do Banco Central, Carlos Eduardo Gomes, afirmou que, se o BC Protege+ for exitoso, a autarquia irá discutir novos produtos de proteção. Emendou que há discussões sobre chave-pix e sobre operações de crédito.

"Vamos ter que verificar qual desses produtos é mais relevante para a gente ter uma proteção. Nós vamos precisar conversar com as instituições financeiras para ver o nível de complexidade de cada um", disse Gomes, que ponderou que há um clamor maior para uma solução relacionada a chaves-pix.

O chefe de departamento afirmou que BC acredita no potencial do BC Protege+, mas que o êxito da solução depende da adesão da população. "Nós vamos acompanhar a evolução do sistema, por isso que os números que nós vamos levantar diariamente não são só para divulgar para vocês, servirão como ferramenta para nós de análise, e aí nós vamos discutir os próximos produtos", acrescentou.

Questionado sobre números de aberturas de contas fraudulentas, Gomes disse que a autarquia recebe reclamações, mas que preferia não dizer uma quantidade, para não errar para baixo. Ele destacou que há uma subnotificação desses números, porque muitas vezes há vergonha da população em informá-los. "O nosso objetivo com BC Protege+ é dar mais uma ferramenta ao cidadão de proteção", emendou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

VEJA COMO ATIVAR A PROTEÇÃO E COMO ELA VAI BLOQUEAR QUALQUER TENTATIVA DE FRAUDE

Para ativar o BC Protege+, é necessário ter conta no gov.br de nível prata ou ouro, com a verificação em duas etapas habilitada. No caso de pessoas físicas, os passos são os seguintes:

- 1) Acesse a plataforma do Meu BC e clique, na sequência, em "Serviços", "Cidadão", "Meu BC" e "BC Protege +";
- 2) Faça login com sua conta gov.br;
- 3) No menu inicial, selecione "BC Protege +"; 4) Na tela principal, escolha ativar a proteção.

Para desativar a proteção, o caminho é o mesmo. No entanto, será preciso definir se a desativação será por tempo indeterminado ou se haverá uma data para que a proteção seja reativada automaticamente.

No caso de pessoas jurídicas, a ativação pode ser feita pelo sócio, representante ou colaborador devidamente cadastrado no módulo de empresas do gov.br. Os passos são semelhantes aos das pessoas físicas, no entanto, após clicar em "BC Protege +" no menu inicial, será necessário escolher a empresa em "Selecionar dados do titular" na tela principal.

Em seguida, basta escolher ativar a proteção. Se a empresa quiser abrir uma conta, todos os titulares e representantes precisam estar com seus CPFs com a proteção desativada.

Ao ativar a proteção, a informação passa a constar no banco de dados do BC e, antes de abrir uma nova conta ou incluir um titular ou um representante em contas já existentes, as instituições financeiras são obrigadas a consultar o sistema para verificar se a proteção está ativada ou desativada.

Se a proteção estiver ativada, o banco não pode concluir nenhuma dessas ações e deve solicitar que o consumidor desative a função caso queira prosseguir com a contratação. As instituições financeiras devem tratar os dados recebidos exclusivamente para as finalidades previstas, garantindo a segurança, o processamento e a eliminação dos dados pessoais conforme a legislação vigente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

STF PUBLICA ACÓRDÃO QUE TORNOU EDUARDO BOLSONARO RÉU POR COAÇÃO; VEJA O QUE ACONTECE AGORA

Ainda nos EUA e sem advogado constituído no processo, o deputado federal é representado pela Defensoria Pública da União (DPU)

Do Estadão Conteúdo



A defesa de Eduardo Bolsonaro tem prazo de cinco dias para apresentar recurso sobre possíveis contradições, omissões ou obscuridades no acórdão

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou nesta segunda-feira, 1º, o acórdão que tornou o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o comentarista Paulo Figueiredo réus por coação no curso do processo. O documento consolida o resultado do julgamento da Primeira Turma e reúne a íntegra dos votos

dos ministros.



Com a publicação do acórdão, abre-se o prazo de cinco dias para que as defesas apresentem embargos de declaração, recurso usado para apontar possíveis contradições, omissões ou obscuridades no acórdão. Esse tipo de questionamento, porém, não altera o mérito da decisão.

Sem advogado constituído no processo, Eduardo Bolsonaro é representado pela Defensoria Pública da União (DPU). A linha de defesa sustenta que suas manifestações públicas e a campanha conduzida nos Estados Unidos para sancionar autoridades brasileiras estão inseridas no debate político e no exercício do mandato parlamentar.

O documento também autoriza o STF a instaurar oficialmente a ação penal, procedimento pelo qual os réus passam a responder formalmente pelo crime imputado. Na sequência, será feita a intimação para apresentação da defesa prévia. Nessa etapa, os advogados expõem seus argumentos iniciais, indicam testemunhas e listam as provas que pretendem produzir ao longo do processo.

Em seguida, tem início a instrução criminal, fase em que serão ouvidas as testemunhas de acusação e defesa e anexados novos documentos aos autos. Depois disso, os próprios réus serão interrogados.

Concluída a coleta de provas, acusação e defesa apresentam suas alegações finais, e Moraes elabora o voto que servirá de base para o julgamento momento no qual os ministros decidirão se o parlamentar e o comentarista serão considerados culpados ou inocentes.

No acórdão, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, detalha que a suposta ameaça se materializou na busca por sanções dos Estados Unidos contra ministros do Supremo, incluindo a suspensão de vistos, as tarifas comerciais e a aplicação da Lei Magnitsky.

Para o relator, as ações atribuídas a Eduardo e Paulo formam um conjunto coordenado de atos "idôneos e eficazes" para intimidar autoridades responsáveis pelo julgamento da tentativa de golpe, configurando, em tese, o crime de coação no curso do processo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

NA PF DE BRASÍLIA, EX-PRESIDENTE PEDE AUTORIZAÇÃO PARA RECEBER SEUS MÉDICOS

A defesa de Jair Bolsonaro solicitou a presença de um cardiologista e um fisioterapeuta, argumentando que ambos acompanham a condição clínica do detento

Do Estadão Conteúdo

A defesa de Jair Bolsonaro pediu nesta segunda-feira, 1º, ao ministro Alexandre de Moraes autorização para que dois médicos da equipe do ex-presidente o atendam na carceragem da Polícia Federal.

Os advogados solicitaram o ingresso de um cardiologista e de um fisioterapeuta, argumentando que ambos acompanham a condição clínica de Bolsonaro e que a continuidade do atendimento seria necessária. O pedido foi apresentado com caráter de urgência.

Antes mesmo da execução da pena, Moraes havia determinado que Bolsonaro recebesse atendimento médico em tempo integral, em regime de plantão, durante a prisão preventiva na PF do Distrito Federal.

A defesa de Bolsonaro já havia solicitado prisão domiciliar humanitária, alegando fragilidade no estado de saúde do ex-presidente. Os advogados enviaram ao STF um relatório médico que lista dez problemas de saúde para tentar evitar o cumprimento da pena em regime fechado.

Na última semana, o ex-presidente começou a cumprir a pena de 27 anos e 3 meses de prisão na ação penal do golpe.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

MORAES MANDA AUGUSTO HELENO PASSAR POR PERÍCIA MÉDICA EM ATÉ 15 DIAS

General está preso desde 25 de novembro no Comando Militar do Planalto. Defesa alega que ele sofre de Alzheimer

Da Agência Brasik

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou nesta segunda-feira (1º) que o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, passe por uma perícia médica. O trabalho deverá ser realizado por peritos da Polícia Federal (PF), em 15 dias.

Condenado a 21 anos de prisão na ação penal da trama golpista, Heleno está preso desde 25 de novembro. Ele está custodiado em uma sala do Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília.

A decisão do ministro foi tomada após a defesa negar que Heleno apresente diagnóstico de Alzheimer desde 2018, quando integrava o governo de Jair Bolsonaro. Segundo a defesa, o diagnóstico foi feito no início de 2025.

A controvérsia ocorreu porque o general teria dito que começou a apresentar o problema cognitivo em 2018. O relato ocorreu durante o exame de corpo de delito antes de iniciar o cumprimento da pena.

A questão da saúde veio à tona após a defesa pedir prisão domiciliar humanitária. Segundo os advogados, o general tem 78 anos e graves problemas de saúde.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

DEFESA DE BRAGA NETTO RECORRE AO PLENÁRIO DO STF CONTRA CONDENAÇÃO E PEDE ABSOLVIÇÃO

Segundo os advogados, o entendimento da Corte de que os embargos infringentes dependem de dois votos pela absolvição, não está previsto no regimento interno

Da Agência Brasil



Braga Ne o foi condenado por unanimidade na ação penal da trama golpista. Para o STF ele precisava de dois votos a seu favor para ter direito a recurso

A defesa do general Braga Netto apresentou nesta segunda-feira (1º) recurso ao plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a execução da condenação do militar na ação penal da trama golpista.

Condenado a 26 anos de prisão, o general está custodiado nas instalações da Vila Militar, no Rio de Janeiro. Ele é ex-ministro do governo de Jair Bolsonaro e foi candidato a vice-presidente

na chapa na qual o ex-presidente tentou a reeleição em 2022.

No recurso, a defesa voltou a pedir a absolvição de Braga Netto e questionou a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que, na semana passada, rejeitou os últimos recursos e determinou a execução da pena.



Segundo os advogados, o entendimento de que os chamados embargos infringentes dependem de dois votos pela absolvição para serem analisados nas turmas do Supremo não está previsto no regimento interno, embora seja aplicado com base na jurisprudência da Corte.

"O regimento interno desse Supremo Tribunal Federal não faz qualquer referência à quantidade mínima de votos divergentes para cabimento de embargos infringentes contra decisão da turma, preconizando apenas que cabem embargos infringentes à decisão não unânime do plenário ou da turma", disse a defesa.

Pelo entendimento de Moraes, para conseguir que o caso fosse julgado novamente, Braga Netto precisava obter pelo menos dois votos pela absolvição, ou seja, placar mínimo de 3

votos a 2 no julgamento realizado no dia 11 de setembro e que condenou os acusados do Núcleo 1, do qual o general faz parte. No entanto, o militar foi condenado por unanimidade.

A defesa também insistiu na tese de que Braga Netto não teve ligação com a trama golpista – que pretendia manter Jair Bolsonaro na presidência mesmo tendo sido derrotado nas urnas.

"Os supostos fatos criminosos imputados ao gen. Braga Netto no âmbito da Pet. 12.100/ DF ocorreram no período de julho de 2022 a dezembro de 2022. Ou seja, período em que o ora agravante já não exercia o cargo público que lhe conferia prerrogativa de foro", concluiu a defesa.

Cabe ao ministro Alexandre de Moraes decidir se o recurso será julgado pelo plenário da Corte.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

CGU DEMITE EX-CHEFE DA RECEITA FEDERAL ENVOLVIDO EM CASO DAS JOIAS DE BOLSONARO

Júlio César Gomes favoreceu igrejas com isenções tributárias às vésperas das eleições de 2002; decisão buscava apoio dos líderes evangélicos ao ex-presidente

Por Estadão Conteúdo

O ex-secretário da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes foi demitido no dia 25 de novembro pela Controladoria-Geral da União (CGU). A decisão foi publicada nesta segunda-feira, 1.º, no Diário Oficial da União (DOU).

Ele esteve envolvido no caso de desvio das joias doadas pela Arábia Saudita à Presidência. No comando da Receita, Gomes atuou para liberar na alfândega do Aeroporto de Guarulhos o conjunto de itens luxuosos para que chegassem às mãos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A demissão, no entanto, foi motivada por publicar um Ato Declaratório Interpretativo da Receita Federal (ADI) que garantiu isenção tributária a instituições religiosas, com foco principalmente em igrejas evangélicas.

O ato foi assinado por Gomes às vésperas da eleição de 2022, num movimento do governo Bolsonaro de consolidar o apoio dos líderes evangélicos. A medida teve impacto milionário ao liberar as igrejas de recolher contribuições previdenciárias sobre as chamadas prebendas, um tipo de remuneração especial por meio da qual as igrejas pagam pastores e demais lideranças.

Por causa da decisão, Gomes foi alvo de um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que durou mais de um ano, no qual enfrentava acusações de favorecimento pessoal e de terceiros, como ocorrência em erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos.

O Ministério da Fazenda conduziu uma investigação preliminar sumária que se converteu no PAD. As duas investigações concluíram que a ordem do ex-secretário foi manifestadamente ilegal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

STF PROÍBE CANDIDATURAS AVULSAS E REFORÇA EXIGÊNCIA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Embora candidaturas avulsas existam em outras democracias, a Constituição de 1988 estabelece que a filiação partidária é condição obrigatória, diz a decisão

Da Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, impedir a possibilidade de candidaturas avulsas no sistema eleitoral brasileiro. Para o STF, o impedimento se fundamenta na Constituição Federal, que estabelece a filiação partidária como requisito para disputas eleitorais.

O caso foi relatado pelo ministro aposentado Luís Roberto Barroso e envolvia dois cidadãos que tentaram concorrer, sem filiação partidária, aos cargos de prefeito e vice-prefeito do Rio de Janeiro nas eleições de 2016.

Após terem o pedido negado em todas as instâncias da Justiça Eleitoral, eles recorreram ao Supremo, alegando, entre outros pontos, violação aos princípios constitucionais da cidadania, da dignidade da pessoa humana e do pluralismo político. Sustentavam também que o Pacto de São José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, impediria tal restrição.

No voto, o ministro relator destacou que, embora candidaturas avulsas existam em diversas democracias e possam ampliar as opções do eleitorado, "a Constituição de 1988 estabeleceu que a filiação partidária é condição obrigatória".

Além disso, Barroso ressaltou que a jurisprudência do STF considera a vinculação dos candidatos a partidos políticos uma exigência fundamental para a organização e a integridade do sistema representativo brasileiro.

O ministro destacou ainda que o Congresso Nacional tem reiterado essa exigência, aprovando diversas leis eleitorais que fortalecem o papel central dos partidos no sistema político brasileiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

TRUMP DEU ULTIMATO PARA NICOLÁS MADURO DEIXAR O PODER NA VENEZUELA, DIZ JORNAL

Segundo o jornal Miami Herald, o presidente americano disse a Maduro que ele e a família poderiam partir para o exílio, mas teria de renunciar antes

Do Estadão Conteúdo



Maduro pediu "anistia global" por quaisquer crimes que ele e seu grupo político tenham cometido. Isso teria sido um dos motivos para a conversa não avançar

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu que o ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, deixasse o país imediatamente em uma ligação entre os dois líderes, de acordo com informações



do jornal americano Miami Herald.

A ligação, que ocorreu na semana passada, foi intermediada por Brasil, Catar e Turquia. Durante a conversa, Trump foi direto ao ponto e garantiu que Maduro, sua esposa Cilia Flores e seu filho poderiam partir para o exílio, mas ele teria que renunciar e permitir o retorno da democracia no país.

De acordo com o jornal da Flórida, a ligação foi vista como o último esforço de evitar um confronto direto entre Caracas e Washington.

A conversa ocorreu em meio a sinais crescentes de que o governo Trump está preparando operações militares dentro da Venezuela. Washington denominou o Cartel de los Soles como uma organização terrorista e acusou Maduro de liderar o esquema.

Na quinta-feira, 27, Trump afirmou que os esforços contra traficantes de drogas venezuelanos "por terra" começarão "muito em breve", o que aumentou ainda mais as tensões com Caracas, que alega que a campanha antidrogas americana tem como objetivo na verdade a derrubada do ditador Nicolás Maduro.

"Quase paramos (o narcotráfico). Cerca de 85% do trânsito por via marítima foi interrompido", disse Trump em uma videochamada de Ação de Graças para as tropas americanas de sua residência em Mar-a-Lago, na Flórida.

Segundo o Miami Herald, as conversas não foram para frente por conta de três pontos chave que Caracas e Washington não conseguiram concordar. Primeiro, Maduro pediu "anistia global" por quaisquer crimes que ele e seu grupo político tenham cometido. Trump rejeitou a proposta.

Depois, o regime chavista sugeriu que poderia permitir eleições livres na Venezuela em troca de reter o controle das Forças Armadas do país. Washington também negou.

Por fim, as partes discordaram sobre o prazo para a saída de Maduro do poder. Trump queria que o ditador partisse para o exílio imediatamente, mas ele teria recusado.

Vários países foram ventilados como possíveis locais de exílio para Maduro, como Cuba, Irã, Rússia e Turquia.

Espaço aéreo

Depois da conversa com Maduro, Trump anunciou no sábado, 29, que companhias aéreas e pilotos deveriam considerar o espaço aéreo da Venezuela totalmente fechado. O aviso foi feito em uma publicação na rede social Truth Social.

"A todas as companhias aéreas, pilotos, traficantes de drogas e traficantes de pessoas, por favor considerem o fechamento completo do espaço aéreo acima e ao redor da Venezuela. Obrigado pela atenção a este assunto!", escreveu Trump. Segundo o Miami Herald, o regime chavista tentou organizar outra ligação com Washington depois do anúncio de Trump, mas não obteve resposta.

Ligação

A ligação entre Trump e Maduro foi noticiada pelo jornal americano The New York Times na sexta-feira, 28. No domingo, 30, o republicano confirmou a conversa a repórteres a bordo do Air Force One durante uma viagem de retorno a Washington depois de passar o feriado do Dia de Ação de Graças na Flórida.

"Eu não quero comentar sobre isso. A resposta é sim", afirmou ele à imprensa, segundo informações da CNN. "Não diria que [a ligação] foi bem ou mal... foi apenas uma chamada telefônica", completou, ainda de acordo com a rede de televisão.



O jornal informou que o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, um dos principais críticos do regime ditatorial de Maduro, também participou da chamada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025

UCRÂNIA DESTACA AVANÇOS EM PLANO DE PAZ APÓS DIÁLOGO COM EUA, MAS ESPERA AJUSTES

O próximo passo após a conversa com os ucranianos é a delegação americana viajar para a Rússia, onde vai se encontrar Vladimir Putin

Do Estadão Conteúdo

O próximo passo após a conversa com os ucranianos é a delegação americana viajar para a Rússia, onde vai se encontrar Vladimir Putin

As conversas sobre o plano dos Estados Unidos para pôr fim ao conflito na Ucrânia, realizadas na Flórida desde domingo, 30, com os ucranianos resultaram em avanços significativos, mas alguns temas requerem ajustes, declarou o negociador de Kiev, Rustem Umerov. "Durante dois dias muito produtivos nos Estados Unidos, alcançamos avanços significativos, embora alguns pontos ainda necessitem de ajustes adicionais", afirmou no Facebook, acrescentando que havia concordado com a parte americana em manter um contato constante.

Os Estados Unidos apresentaram há dez dias um projeto em 28 pontos, redigido sem os aliados europeus de Kiev e que posteriormente foi emendado após reuniões com europeus e ucranianos em Genebra. Desde então, têm intensificado os contatos diplomáticos para finalizá-lo.

O secretário de Estado americano, Marco Rubio, saiu da reunião de Miami no domingo dizendo que as conversas foram muito produtivas, mas reconheceu que havia muito trabalho a ser feito. Donald Trump, no entanto, mostrou otimismo e estimou que Rússia e Ucrânia desejam pôr fim ao conflito.

A barreira, porém, é o outro lado, já que a Rússia não se mostra muito disposta a aceitar um acordo de paz. O próximo passo após a conversa com os ucranianos é a delegação americana viajar para Moscou.

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, confirmou nesta segunda que o presidente russo, Vladimir Putin, se reunirá com o enviado presidencial dos EUA, Steve Witkoff, na terça-feira, 2. O papel de Witkoff nos esforços de paz foi alvo de escrutínio na semana passada, após uma reportagem que revelou que ele teria instruído o assessor de assuntos exteriores de Putin sobre como o líder russo deveria apresentar a Trump o plano de paz para a Ucrânia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/12/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

RESULTADO DA INDÚSTRIA DE OUTUBRO REFORÇA TENDÊNCIA DE DESACELERAÇÃO

Por Luciana Casemiro

O dado da Pesquisa Mensal da Indústria, divulgada nesta terça-feira pelo IBGE, registrou um crescimento de 0,1% em outubro, abaixo das estimativas de mercado, e confirma a leitura de um setor em desaceleração. A alta só ocorreu porque as indústrias extrativas cresceram 3,6%, puxadas

por petróleo, gás e mineração metálica. Sem esse segmento, a indústria teria recuado, pondera o economista Marcos Crivelaro, professor da Fundação Vanzolini.



Indústrias extrativas avançaram 3,6% em outubro e mantiveram resultado do setor em campo positivo no mês — Foto: Márcia Foletto / Agência O Globo

— O dado de outubro confirma um padrão: a indústria brasileira não está em crise, mas é um setor que oscila, sem força própria, e que depende cada vez mais de segmentos extrativos. Para voltar a crescer com consistência, o país precisaria reativar investimentos, reduzir custo de capital e fortalecer cadeias de manufatura. Enquanto isso não acontece, vamos continuar vendo números como esse: positivos, porém

insuficientes — avalia o professor.

O economista Stéfano Pacini, pesquisador do FGV Ibre, pondera que o nível de atividade da indústria de transformação vem desacelerando gradualmente desde meados do segundo trimestre. Ele destaca que o resultado de novembro da Sondagem da Indústria, feita pelo FGV Ibre, acende uma luz amarela sobre o desempenho do setor neste final de ano, sinalizando acúmulo mais intenso de estoques indesejados, refletido em queda acentuada do Nível de Utilização da Capacidade Instalada no mês.

— Quando analisados por segmento, esses indicadores evidenciam o quadro desafiador da indústria brasileira: 63,2% dos segmentos operam em situação de superestocagem, enquanto 68,4% avaliam a demanda atual, especialmente a interna, como fraca. Já o nível de utilização recuou 2,2 pontos em novembro, para 79,7%, o menor patamar desde março de 2023 (79,2%). Essa variável é essencial para entender o ritmo de produção das empresas, pois reflete o grau de utilização de máquinas e fatores produtivos. Desde junho de 2025, o indicador segue trajetória de queda, e o resultado de novembro mostra que setores relevantes tiveram peso maior nesse movimento. Isso sinaliza um aprofundamento da tendência de desaceleração do setor industrial — explica Pacini.

Crivelaro chama atenção para o recuo dos bens intermediários — que alimentam toda a cadeia fabril — de 0,8%. Quando os intermediários desaceleram, pontua, significa que as encomendas das indústrias finais estão menores, o que aponta para um fim de ano mais lento.

— O consumo mostrou alguma reação. Os bens duráveis cresceram 2,7% em outubro, impulsionados por veículos, eletrônicos e pela antecipação de promoções de fim de ano. Mas essa melhora é pontual e não altera o quadro estrutural: os bens semiduráveis e não duráveis, ligados ao consumo básico das famílias, acumulam queda de 2,5% no ano. O comportamento das categorias reforça a leitura macroeconômica: temos inflação estabilizada, câmbio mais competitivo e juros muito altos. Esses três elementos formam um cenário contraditório — bom para exportadores, ruim para manufatura, crédito e investimento.

Luís Otávio Leal, economista e sócio do G5 Partners, afirma que “está ficando cada vez mais claro que a produção industrial está em processo de desaceleração”. O crescimento acumulado em 2025 de apenas 0,2% na indústria de transformação corrobora essa percepção. Em relatório, Leal afirma esperar a continuidade dessa perda de fôlego, “tendo em vista o patamar altamente contracionista da política monetária e a base de comparação elevada do ano anterior, de modo que praticamente toda a expansão da indústria brasileira em 2025 virá da indústria extrativa”.

— O dado mais sensível de outubro é a queda de 0,6% na indústria de transformação, que concentra o maior número de empregos e o maior valor agregado. O Brasil volta a mostrar dependência estrutural de commodities, enquanto a manufatura segue frágil. Pelas grandes categorias econômicas, os bens de capital subiram 1% no mês, mas acumulam retração de 0,6% no ano e queda de 2,9% contra outubro de 2024. Esse desempenho indica que as empresas continuam

adiando investimentos. Com a Selic em 15% ao ano, o custo do crédito não permite uma retomada consistente da capacidade produtiva — afirma Crivelaro.

Ele avalia que o primeiro trimestre de 2026 deve registrar queda na atividade. A combinação de dólar desvalorizado e perspectiva de início da redução dos juros pode levar a indústria a um resultado um pouco melhor no segundo trimestre, com crescimento entre 0,5% e 0,8%, o que poderia refletir em números ligeiramente melhores para o emprego no setor.

— Isso, no entanto, não significa uma virada de chave.

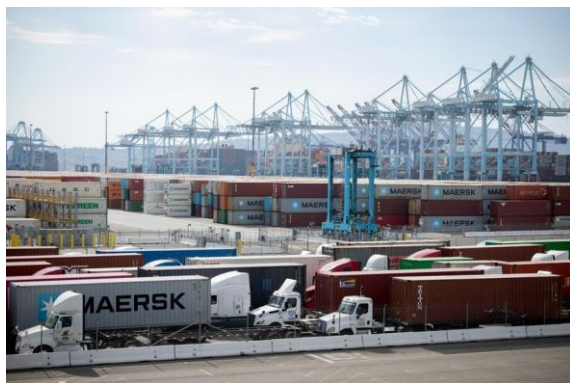
Fonte: O Globo RJ

Data: 02/12/2025

OCDE VÊ PIB MAIOR NO BRASIL ESTE ANO E DIZ QUE ECONOMIA GLOBAL RESISTIU BEM A TARIFAS

Organização aumenta para 2,4% projeção para o crescimento brasileiro em 2025. E afirma que avanço da IA compensou parte dos efeitos da guerra comercial

Por Bloomberg — Paris



Caminhões transportando contêineres de carga no Porto de Los Angeles, na Califórnia — Foto: Bloomberg

A economia global está enfrentando melhor do que o esperado as tarifas comerciais de Donald Trump, à medida que a atividade recebe um impulso do forte investimento em inteligência artificial e de políticas fiscais e monetárias favoráveis, disse a OCDE.

A organização, sediada em Paris, elevou suas previsões de crescimento para os EUA e a área do euro

para este ano e o próximo, e fez pequenos ajustes para cima para outras grandes economias em sua última projeção. A organização aumentou para 2,4% a projeção para o crescimento do Brasil em 2025. Para o ano que vem, a previsão para o PIB brasileiro é de 1,7%

Ainda assim, ela continua prevendo que o crescimento global desacelerará para 2,9% em 2026, ante 3,2% em 2025, já que os efeitos completos das tarifas sobre o comércio ainda não foram totalmente sentidos.

— O desempenho da economia global tem sido resiliente este ano, apesar das preocupações sobre uma desaceleração mais acentuada em meio ao aumento das barreiras comerciais e à significativa incerteza — afirmou o secretário-geral Mathias Cormann, acrescentando:

—Ainda assim, o crescimento do comércio global moderou no segundo trimestre deste ano, e esperamos que tarifas mais altas se traduzam gradualmente em preços mais elevados, reduzindo o crescimento do consumo das famílias e do investimento das empresas.

PROJEÇÕES DA OCDE PARA O CRESCIMENTO DAS ECONOMIAS

Global

- Previsão do PIB para 2025: 3,2%
- Variação em relação ao período anterior: zero
- Previsão do PIB para 2026: 2,9%
- Variação em relação ao período anterior: zero
- Previsão do PIB para 2027: 3,1%



Brasil

- Previsão do PIB para 2025: 2,4%
- Variação em relação ao período anterior: 0,1 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 1,7%
- Variação em relação ao período anterior: 0%
- Previsão do PIB para 2027: 2,2%

Estados Unidos

- Previsão do PIB para 2025: 2,0%
- Variação em relação ao período anterior: 0,2 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 1,7%
- Variação em relação ao período anterior: 0,2 p.p.
- Previsão do PIB para 2027: 1,9%

Zona do Euro

- Previsão do PIB para 2025: 1,3%
- Variação em relação ao período anterior: 0,1 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 1,2%
- Variação em relação ao período anterior: 0,2 p.p.
- Previsão do PIB para 2027: 1,4%

Alemanha

- Previsão do PIB para 2025: 0,3%
- Variação em relação ao período anterior: zero
- Previsão do PIB para 2026: 1,0%
- Variação em relação ao período anterior: -0,1 p.p.
- Previsão do PIB para 2027: 1,5%

França

- Previsão do PIB para 2025: 0,8%
- Variação em relação ao período anterior: 0,2 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 1,0%
- Variação em relação ao período anterior: 0,1 p.p.
- Previsão do PIB para 2027: 1,0%

Itália

- Previsão do PIB para 2025: 0,5%
- Variação em relação ao período anterior: -0,1 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 0,6%
- Variação em relação ao período anterior: zero
- Previsão do PIB para 2027: 0,7%

Reino Unido

- Previsão do PIB para 2025: 1,4%
- Variação em relação ao período anterior: zero
- Previsão do PIB para 2026: 1,2%
- Variação em relação ao período anterior: 0,2 p.p.



- Previsão do PIB para 2027: 1,3%

Japão

- Previsão do PIB para 2025: 1,3%
- Variação em relação ao período anterior: 0,2 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 0,9%
- %Variação em relação ao período anterior: 0,4 p.p.
- Previsão do PIB para 2027: 0,9%

China

- Previsão do PIB para 2025: 5,0%
- Variação em relação ao período anterior: 0,1 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 4,4%
- Variação em relação ao período anterior: zero
- Previsão do PIB para 2027: 4,3%

Índia

- Previsão do PIB para 2025: 2,4%
- Variação em relação ao período anterior: 0,1 p.p.
- Previsão do PIB para 2026: 1,7%
- Variação em relação ao período anterior: zero
- Previsão do PIB para 2027: 2,2%

A disrupção causada pelos esforços de Trump para reescrever as regras do comércio mundial tem sido difícil de prever para organizações internacionais e economistas. Em junho, a OCDE alertou que o crescimento dos EUA desaceleraria para 1,6% este ano, apenas para elevar essa projeção para 1,8% em setembro e agora prever 2%.

Com emprego recorde: 13º salário vai injetar R\$ 369,4 bilhões na economia do Brasil, mostra estudo
O investimento crescente em inteligência artificial e a construção de data centers, especialmente nos EUA, também estão tendo um impacto cada vez maior nas estimativas econômicas. Segundo a OCDE, o dinamismo do setor de tecnologia sustentou os fluxos do comércio global, e o crescimento da produção em tecnologia está superando o restante da indústria.

A organização estima que, sem o boom dos investimentos em IA, a economia dos EUA teria encolhido 0,1% no primeiro semestre, já que o crescimento do consumo das famílias moderou e as compras governamentais caíram.

— Tudo o que diz respeito à aquisição, pelas empresas, de equipamentos que lhes permitirão prosperar nesta nova era tecnológica — tudo isso elevou a atividade econômica de um modo que, de certa forma, compensou alguns dos impactos negativos relacionados à incerteza das políticas e aos efeitos das tarifas sobre a atividade econômica — disse Luiz de Mello, diretor de estudos por país da OCDE.

Ainda assim, a organização advertiu que a rápida expansão do setor de tecnologia e o otimismo em relação à IA representam um risco de correções abruptas de preços e até de vendas forçadas de ativos, dadas as avaliações esticadas.

Combinado com preocupações sobre mudanças rápidas nas medidas comerciais, a OCDE afirmou que a perspectiva é “frágil” e suas projeções estão “sujeitas a riscos substanciais.”

INDÚSTRIA CRESCE 0,1% EM OUTUBRO, ABAIXO DO ESPERADO POR ANALISTAS

O principal impacto positivo veio das indústrias extrativas, que tiveram alta de 3,6% no mês. Por outro lado, atividades como derivados do petróleo e biocombustíveis e produtos farmacêuticos tiveram quedas

Por Mayra Castro — Rio de Janeiro



A atividade de indústrias extrativas registrou avanço de 3,6% em outubro, sendo a principal responsável por evitar a queda no setor industrial — Foto: Eric Thayer/Bloomberg

A produção industrial brasileira cresceu 0,1% em outubro, após ter queda de 0,4% em setembro. O resultado, divulgado pelo IBGE nesta terça-feira, veio abaixo das expectativas de analistas de mercado, que projetavam avanço de 0,5, segundo a mediana das projeções coletadas

pelo Valor Data.

- Na comparação com outubro de 2024, a indústria voltou a registrar queda na produção e recuou 0,5%;
- No acumulado do ano, o setor industrial avançou 0,8%;
- Já nos últimos 12 meses, o crescimento foi de 0,9%.

A atividade industrial que apresentou maior impacto positivo no mês foi a de indústrias extrativas, com crescimento de 3,6% em outubro.

"O avanço foi influenciado pela maior extração de petróleo, minério de ferro e gás natural. Vale destacar que o crescimento observado em outubro de 2025 eliminou a perda de 1,7% acumulada nos meses de agosto e setembro desse ano", explicou o gerente da pesquisa, André Macedo.

Entre as 25 atividades pesquisadas, 12 mostraram expansão na produção frente a setembro na série com ajuste sazonal. Também tiveram resultados positivos os setores de produtos alimentícios (0,9%), a produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (2,0%), de produtos químicos (1,3%), de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (4,1%) e de confecção de artigos do vestuário e acessórios (3,8%).

Já pelo lado negativo, 13 atividades tiveram recuo na produção, com os principais impactos vindo de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-3,9%) e produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-10,8%).

"A primeira intensificou a queda de 0,5% verificada no mês anterior e foi pressionada por paralisações em unidades produtivas do setor que impactaram na produção dos derivados do petróleo. Já na indústria farmacêutica, que acumulou perda de 19,8% em dois meses consecutivos de recuo na produção, após avançar 28,6% no período maio-agosto de 2025, observa-se a menor fabricação de medicamentos", explica o gerente da pesquisa.

Outras atividades com queda na produção foram impressão e reprodução de gravações (-28,6%) e produtos do fumo (-19,5%).

Fonte: O Globo RJ
Data: 02/12/2025

COMISSÃO DO SENADO APROVA ALTA NA TAXAÇÃO DE BETS E PRAZO MAIOR PARA EMPRESA DISTRIBUIR DIVIDENDO SEM PAGAR IMPOSTO

Isenção de Imposto de Renda sobre recursos distribuídos a acionistas contrariou Fazenda; texto segue para a Câmara

Por Thaís Barcellos — Brasília



Senador Eduardo Braga — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou nesta terça-feira projeto que eleva a taxa de bets e fintechs, pelo placar de 21 votos a 1. O relatório aprovado prevê também a prorrogação do prazo para distribuição de lucros e dividendos isentos do fim deste ano para 30 de abril de 2026, alterando a lei que amplia a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil. O texto, relatado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), tem caráter terminativo, ou seja, segue

direto para avaliação da Câmara, sem necessidade de passar por votação dos demais senadores.

Apesar da discordância em relação às mudanças no IR, o projeto aprovado atende a interesses do Ministério da Fazenda, porque recupera medidas antes propostas na medida provisória alternativa ao IOF, que acabou caducando. Originalmente, a expectativa era de arrecadação de R\$ 10 bilhões em 2026 com a proposta, algo fundamental para fechar as contas do ano que vem, mas essa previsão deve cair com as modificações propostas por Braga.

Além da perda de arrecadação com os dividendos, o projeto aprovado prevê o aumento escalonado até 2028 da alíquota cobrada sobre o faturamento bruto com apostas on-line e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de fintechs e outras instituições financeiras. Na proposta original, a alta seria feita de uma vez só. O texto prevê ainda a elevação no IR cobrado na distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 17,5%.

Aumento escalonado:

Fintechs e instituições de pagamento:

- 2026: alíquota sobe de 9% para 12%
- 2028: alíquota passa de 12% para 15%

Sociedade de crédito, financiamento, investimentos e empresas de capitalização:

- 2026: alíquota sobe de 15% para 17,5%
- 2028: alíquota aumenta para 20%

Por outro lado, a alíquota de 20%, antes exclusiva dos bancos, passará a valer também para sociedades de crédito, financiamento, investimento e empresas de capitalização — ampliando o alcance da tributação mais alta sobre instituições que exercem atividades similares. A equiparação foi defendida pelo relator como forma de corrigir “distorções entre entidades que realizam operações similares”, além de evitar impactos abruptos sobre o sistema.

Taxação das bets

A taxa sobre a receita bruta das bets também foi diluída no tempo. Além disso, no final, chegará a 18%, em vez dos 24% previstos inicialmente no projeto. O objetivo é evitar fuga para a clandestinidade e manter competitividade enquanto o governo aperta o cerco às plataformas ilegais.

- Alíquota atual: 12%
- 2026 e 2027: sobe para 15%



- A partir de 2028: passa a 18%

Arcabouço contra operações ilegais

O texto cria novas obrigações para provedores de internet, instituições financeiras e operadores regulados. Entre as medidas estão:

- retirada de publicidade de bets ilegais em até 48 horas;
- relatórios trimestrais obrigatórios de bancos e instituições de pagamento;
- integração com sistemas antifraude;
- filtros e mecanismos específicos no Pix, a serem instituídos pelo Banco Central;
- multas de até R\$ 50 mil por incidente;
- bloqueios automáticos para transações com operadores não autorizados.

Braga disse que o país já identificou cerca de R\$ 50 bilhões movimentados por casas de apostas irregulares e por fintechs não autorizadas — valor que, segundo estimativas do mercado, pode chegar a R\$ 150 bilhões.

Vaivém dos dividendos

Antes da aprovação do projeto, Braga havia retirado algumas mudanças propostas na semana passada que afetavam a nova legislação do IR, inclusive a prorrogação do prazo para distribuição de lucros isentos, a pedido do Ministério da Fazenda. Diante da insatisfação dos senadores, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), sugeriu que fosse votado o parecer anterior, portanto, com os trechos que incomodaram a Fazenda.

A reforma do IR, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada, incluiu nos rendimentos tributáveis os dividendos — principal forma pela qual as empresas repassam os lucros para sócios e acionistas, que eram isentos da cobrança. Isso por causa do IR mínimo sobre as altas rendas, criado como forma de compensar a isenção total para quem ganha até R\$ 5 mil ao mês e a redução na tributação para ganhos até R\$ 7.350 ao mês.

A taxa mínima, cobrada de quem ganha a partir de R\$ 50 mil ao mês, alcançará os dividendos. A lei abria uma exceção para os dividendos cuja distribuição fosse aprovada até o fim deste ano, mesmo que o pagamento fosse feito até 2028. O relatório de Braga, por sua vez, amplia esse prazo até 30 de abril.

Se esse trecho for mantido na Câmara, poderá dar um alívio às empresas, que correm para definir a distribuição dos dividendos, antes que eles sejam alcançados pelo imposto mínimo, como mostrou o GLOBO. Grandes companhias, como Vale, Itaú e WEG já fizeram anúncios.

Braga havia acatado o pedido da Fazenda, mas ficou contrariado com o que achou de "sinalizações" da Fazenda no sentido oposto. Segundo o relator, as alterações que propôs atenderam um acordo firmado durante a discussão do projeto de ampliação da isenção do IR na CAE. O argumento da equipe econômica foi de que as alterações afetam a neutralidade fiscal da desoneração da renda daqueles que ganham até R\$ 7.350. Isso porque a prorrogação do prazo para aprovação de dividendos de forma isenta reduz a arrecadação projetada com o imposto mínimo nos próximos anos.

— Depois que eu apresentei meu complemento de voto (apresentados na semana passada), comecei a receber sinalizações do Ministério da Fazenda muito estranhas, de que aquelas alterações que estavam sendo propostas alteram a lei que tinha acabado de ser sancionada, que não havia entendimento da Fazenda. E que a Fazenda estava preferindo não votar o projeto autônomo e estabeleceu como condicionante para que pudéssemos votar o relatório com o apoio do governo (a retirada das alterações) — disse Braga. — Quem quiser apresentar pedido de destaque, apresenta, e assim será deliberado no voto. Porque eu cansei, depois de muito disse me disse e maledicências, cansei.

Parlamentares, inclusive da base do governo, se solidarizaram com Braga, e reconheceram que houve acordo na votação do IR para recuperar algumas emendas dos senadores justamente no projeto sobre bets e fintechs, de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da comissão. Segundo o relator, o acordo foi informado pela assessoria e consultoria da CAE.

— Política sem risco não existe. E eu vou aqui me colocar no risco. Porque não fui procurado também (sobre o acordo). Vou pedir ao senador Eduardo Braga que retire o adendo de hoje, mantenha o adendo da semana passada, e que nós votemos o relatório que Vossa Excelência apresentou. Depois eu pago a conta — afirmou Jaques Wagner, selando novo acordo.

Fonte: O Globo RJ

Data: 02/12/2025

MASTER: TOFFOLI DECRETA SIGILO E TRANSFORMA EM CAIXA-PRETA AÇÃO DE VORCARO

Por Rafael Moraes Moura — Brasília

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu colocar em sigilo a ação movida pela defesa de Daniel Vercaro contra a operação autorizada pela Justiça Federal de Brasília que o levou à cadeia. Toffoli já participou de evento jurídico em Londres que contou com patrocínio do Banco Master, ocorrido em Londres no ano passado – e até hoje não esclareceu quem bancou suas despesas na ocasião.



O ministro Dias Toffoli, durante sessão do STF — Foto: Ton Molina/STF/26-06-2025

Na última quinta-feira (27), os advogados de Vercaro acionaram o STF com uma reclamação, que serve, entre outras coisas, para garantir que decisões da Corte sejam respeitadas por instâncias inferiores. A reclamação de Vercaro alega que a Justiça Federal de Brasília não é o foro competente para cuidar das investigações que o levaram à cadeia – e quer que o caso “suba” para o STF, por conta de um contrato imobiliário apreendido pelos investigadores que

menção o deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA).

O processo foi autuado inicialmente em “segredo de Justiça”, mas, após o blog revelar na última sexta-feira (28) a ofensiva jurídica de Vercaro no STF, Toffoli aumentou o nível de restrição na divulgação de informações e colocou o processo como “sigiloso” no mesmo dia.

Procurado pela equipe da coluna, o STF informou que uma resolução do tribunal deste ano prevê que compete ao relator “definir o nível de sigilo aplicável ao processo, peça ou documento” e que essas classificações de sigilo “poderão ser revistas a qualquer tempo”.

Numa escala de cinco níveis, que começa com 0 (processo público) e termina em 4 (sigilo máximo), Toffoli tirou a ação do segredo de Justiça (nível 1) e o colocou como sigilo padrão (nível 3), o segundo mais alto de todos.

Na prática, com o aumento do sigilo imposto por Toffoli, nem mesmo informações mínimas como as iniciais do autor da ação ou a relação completa dos advogados, que até então apareciam no sistema, ficaram mais visíveis. E não só isso: agora não será mais possível obter informações sobre o andamento processual no site do STF, como a entrada de novas petições e até mesmo a existência de decisões judiciais.



Com o aumento do grau de sigilo, só os advogados, o Ministério Público (quando for intimado) e um universo restrito de servidores do gabinete de Toffoli e do STF poderão acompanhar o passo a passo do processo.

Caixa-preta

O processo de Vercara virou, portanto, uma espécie de “caixa-preta”, o que provocou estranhamento no Supremo.

“O [processo em] segredo de Justiça pode ser acessado pelos outros gabinetes, tem mais gente que pode ter acesso aos autos. Se você coloca sigiloso, só o gabinete do relator tem acesso. O ministro garante que só o que ele quiser vai sair [ser divulgado]”, diz uma fonte que acompanha de perto a dinâmica do tribunal.

“Passar de segredo de Justiça para sigiloso é incomum. Os processos de delação, por exemplo, já chegam sigilosos.”

Londres

No ano passado, Toffoli participou de um evento patrocinado pelo Master – o I Fórum Jurídico Brasil de Ideias, organizado por uma empresária bolsonarista que já criticou “cidadãos de toga” e o “canetaço” do Supremo Tribunal Federal.

Além dele, também participaram do evento outros ministros do STF, como Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes – cuja mulher, a advogada Viviane Barci de Moraes, foi contratada pelo Master, conforme revelou o blog.

O evento ainda reuniu integrantes do primeiro escalão do governo Lula, como o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e os ministros da Justiça, Ricardo Lewandowski, e da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, indicado por Lula para uma vaga no STF.

Na época, os ministros do Supremo silenciaram sobre quem bancou as despesas com hospedagem e passagem de avião para participar do evento, realizado no luxuoso hotel The Peninsula, próximo do Palácio de Buckingham, com diárias que custam cerca de R\$ 6 mil.

Fonte: O Globo RJ

Data: 02/12/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO SP

BRASIL PODE VOLTAR A SER EXPORTADOR DE DIESEL E GASOLINA, DIZ LULA ANTES DE LANÇAR OBRA EM REFINARIA

O presidente citou que no passado o venezuelano Hugo Chávez ‘veio aqui e topou fazer uma sociedade, só que ele não colocou dinheiro, depois morreu e tivemos que fazer a refinaria sozinhos’ Por Gabriel Hirabahasi (Broadcast) e Lavínia Kaucz (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta terça-feira, 2, em entrevista ao programa Balanço Geral PE, da TV Guararapes, de Pernambuco, que o Brasil “pode voltar a ser exportador de diesel e gasolina à medida em que descobirmos mais poços de petróleo altamente produtivos”.

“Chegou a hora de terminar (a refinaria de Abreu e Lima), o Brasil é autossuficiente em petróleo, achamos que aqui vai atender uma parte muito importante do Nordeste. Brasil pode voltar a ser exportador de diesel e gasolina à medida em que descobirmos mais poços de petróleo altamente produtivos”, disse o presidente.



Em entrevista ao 'Balanço Geral PE', Lula fez promessa de concluir a Transnordestina Foto: Ricardo Stuckert/PR

Lula disse que “essa refinaria é um sonho muito antigo”. “Lembro da briga de governadores de muitos Estados por uma refinaria e me disseram que quem conseguisse a refinaria seria feita aqui. O (Hugo) Chávez (presidente da Venezuela) veio aqui e topou fazer uma sociedade, só que ele não colocou dinheiro, depois morreu e tivemos que fazer a refinaria sozinhos”, declarou.

O presidente afirmou, ainda, que quer que a Petrobras seja um “modelo” de transição energética com o uso de petróleo, mas com percentuais mais alto de biocombustíveis.

“Queremos usar a Petrobras como um modelo de que é possível mesmo usando o petróleo ter uma energia altamente limpa. Temos 15% de biodiesel no óleo diesel e 30% de etanol na gasolina. Temos diesel e gasolina com menos emissão de gases estufa do mundo”, declarou.

‘Retornei porque quero inaugurar a Transnordestina’

Lula disse também que tem uma “tristeza muito grande” por não ter inaugurado a Transnordestina até hoje.

A ferrovia é projetada para ligar os portos de Pecém (no Ceará) e de Suape (em Pernambuco), até o cerrado do Piauí e foi uma promessa de campanha.

“Tenho uma tristeza muito grande de não ter inaugurado ainda a Transnordestina. Prometi ao meu velho e saudoso companheiro Miguel Arraes, foi um pedido dele, que se ganhasse as eleições eu faria a Transnordestina. Era para ser inaugurada em 2012, mas de tanto vai e vem, paralisação, processo e confusão, só eu fiz 31 reuniões com Eduardo Campos (ex-governador de Pernambuco morto em 2014), Cid Gomes (ex-governador do Ceará) e Wellington (Dias, ex-governador do Piauí), para resolver todos os problemas. Não foi possível inaugurar, mas retomei porque quero inaugurar”, afirmou, completando que a obra “vai ser importante para o Brasil e o Nordeste”.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 02/12/2025

PRODUÇÃO DA PETROBRAS EM OUTUBRO SOBE 26,4% EM UM ANO, E PAÍS BATE RECORDE

Com resultado no mês, Brasil atingiu um novo recorde de 5,25 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), 23,1% a mais do que há um ano

Por Denise Luna (Broadcast)

RIO - A produção de petróleo da Petrobras subiu 26,4% em outubro contra o mesmo mês do ano passado e 2,4% contra setembro deste ano, informou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nesta terça-feira, 2. A agência confirmou o recorde de produção nacional, antecipado pelo Estadão/Broadcast na semana passada.

A produção da Petrobras atingiu 3,269 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) em outubro, 62% da produção total do País, que com isso atingiu um novo recorde, de 5,255 milhões de boed, ou 23,1% a mais do que há um ano. A estatal produziu 2,509 milhões de barris diários de petróleo e 120,7 milhões de metros cúbicos diários (m3/d) de gás natural.



Produção do pré-sal correspondeu a 81,4% do total produzido no Brasil Foto: Marcos De Paula/Estadão

A segunda maior produtora do País é a Shell, com 550 mil boed, seguida da TotalEnergies, com 260 mil bpd e a Pré-Sal Petróleo, representante da União nos contratos de Partilha de Produção, com 168,3 mil boed.

No Brasil, foram produzidos 4,030 milhões de bpd de petróleo, alta de 23,3% contra outubro de 2024, e 194,7 milhões de m³/d de gás natural, mais 22,6% em um ano.

Nos campos localizados no pré-sal a produção subiu 27,8%, para 4,276 milhões de boed, sendo 3,309 milhões de bpd de petróleo e 153,7 milhões de m³/d de gás natural. A produção do pré-sal correspondeu a 81,4% do total produzido no Brasil.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 02/12/2025

TELEBRAS ESTÁ PRONTA PARA LEVAR INTERNET AONDE PRIVADO NÃO CHEGA, DIZ MINISTRO

Segundo Siqueira Filho (Comunicações), prioridade da empresa é assegurar conexão em áreas desassistidas e executar projetos para ampliar a inclusão digital

Por Luiz Araújo (Broadcast)

BRASÍLIA - O ministro das Comunicações, Siqueira Filho, afirmou que a Telebras está preparada para cumprir o papel de levar internet a regiões onde a iniciativa privada não chega, em linha com a estratégia do governo de ampliar a conectividade no País. Segundo ele, a estatal é peça central no esforço com capacidade técnica para executar a missão.

Siqueira Filho afirmou que a estatal está pronta para atuar como instrumento direto do governo na expansão da infraestrutura de comunicação, inclusive em áreas remotas e de baixo retorno econômico para operadoras privadas. "A Telebras chega aonde ninguém chega", disse ao "Bom Dia, Ministro", programa transmitido pelo governo federal.



Seminário do Conselho Consultivo - Fórum Participativo de Infraestrutura e Soberania Digital na Anatel Fotos: Peter Neylon / MCom Foto: Peter Neylon/MCom

O ministro destacou que a empresa opera tanto com fibra óptica quanto com serviços via satélite, o que permite alcançar localidades sem cobertura comercial e apoiar políticas públicas de inclusão digital. A fala ocorre após o lançamento da nova identidade visual da companhia, apresentada há uma semana.

A marca é composta pela imagem do mapa do Brasil formada por pontos interligados, simbolizando a presença nacional da empresa e sua atuação como rede de conectividade pública. Segundo Siqueira, a mudança reforça a atualização institucional e o alinhamento com a agenda de ampliação do acesso à internet.

De acordo com Siqueira Filho, a renovação da marca acompanha a reorganização interna da Telebras e expressa o papel que o governo espera da estatal na política de comunicação. Ele reiterou que a prioridade é assegurar conexão em áreas desassistidas e que a empresa está apta a executar projetos essenciais para ampliar a inclusão digital no País.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 02/12/2025

OCDE ELEVA PROJEÇÃO DO PIB DO BRASIL PARA 2025 E 2026, MAS ALERTA PARA DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA

Entidade projeta expansão de 2,4% neste ano e 1,7% no próximo; melhora reflete forte safra agrícola e impulso do consumo das famílias, apoiado pelo mercado de trabalho aquecido

Por Pedro Lima

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elevou a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil para 2025, mas vê perda de fôlego na virada do ano e mantém o alerta sobre inflação resistente e necessidade de aperto fiscal.

Em relatório divulgado nesta terça-feira, 2, a entidade projeta expansão de 2,4% em 2025 e 1,7% em 2026, números ligeiramente maiores que os estimados em junho, de 2,1% e 1,6%, respectivamente. A melhora reflete sobretudo a forte safra agrícola, prevista para crescer 17%, e o impulso do consumo das famílias, apoiado pelo mercado de trabalho aquecido: o desemprego caiu a 5,6%, mínima histórica, e a renda real avança mais de 3%, pontua a OCDE.

Apesar disso, os dados recentes apontam desaceleração, destaca a entidade. O índice de atividade recuou 1,8% desde abril, e vendas do varejo e produção industrial voltaram a cair em setembro. A confiança empresarial também se enfraqueceu. Para a OCDE, o investimento deve perder força em 2026, pressionado por juros elevados, incerteza global e tarifas dos EUA sobre exportações brasileiras, cujo impacto ainda é limitado graças à diversificação de mercados.



Previsão é que safra agrícola brasileira cresça 17%, destaca a OCDE Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Outro ponto ressaltado é a inflação, que segue acima da meta. O IPCA deve ficar em 5,1% em 2025, ante previsão anterior de 5,7%, recuando para 4,2% em 2026 (ante projeção anterior de 5%) e para 3,8% em 2027. Energia elétrica, alimentos e serviços continuam entre os principais vetores de pressão inflacionária, diz a OCDE. O documento destaca que expectativas para 2026 e 2027 permanecem acima do centro da meta, de 3%.

Com esse quadro, a política monetária permaneceu dura: o Banco Central levou a Selic a 15% em julho, de 11,25% no fim de 2024. A expectativa é que o afrouxamento comece apenas em 2026, com trajetória gradual até cerca de 10,5% em 2027, aponta a organização. O relatório destaca que um mercado de trabalho apertado e a combinação de salários em alta e déficit fiscal ainda pressionam preços, exigindo manutenção de uma postura “restritiva por mais tempo”.

No campo fiscal, a OCDE vê risco elevado ao cumprimento das metas. O déficit segue “expressivo”, e a dívida bruta — hoje em 77,7% do PIB — deve continuar crescendo. A organização projeta que o indicador avançará para 80,1% em 2026 e 82,2% em 2027. Em junho, as projeções já apontavam deterioração, mas em ritmo ligeiramente menor: a dívida subiria de 76,5% em 2024 para 78,2% em 2025 e 82,2% em 2026.

A instituição reforça que será necessário esforço adicional de consolidação, sobretudo no controle de gastos obrigatórios, para manter a dívida em trajetória sustentável. Uma eventual frustração das metas poderia ampliar a incerteza e prejudicar o investimento.

PIB global

A economia global mostrou-se mais resiliente do que o esperado este ano, mas fragilidades subjacentes permanecem devido ao aumento das barreiras comerciais e à significativa incerteza

política, segundo a OCDE. Segundo a entidade, os efeitos completos das tarifas mais altas ainda não foram sentidos, mas estão se tornando mais visíveis, especialmente nos EUA.

“O crescimento do comércio global se moderou após um forte adiantamento do comércio de mercadorias no início do ano, antes dos aumentos tarifários antecipados, e a inflação ainda não voltou à meta em alguns países. Há também alguns sinais de enfraquecimento da demanda por trabalho entre as economias”, acrescenta.

Por outro lado, a OCDE destaca que políticas macroeconômicas de apoio, condições financeiras melhoradas impulsionadas pelo otimismo sobre o impacto potencial de novas tecnologias e o aumento do investimento e comércio habilitados por inteligência artificial (IA) ajudaram a sustentar a demanda em diferentes graus entre as economias, “amortecendo os ventos contrários da elevada incerteza política e das crescentes barreiras ao comércio”.

Como resultado, a organização manteve as projeções de crescimento do PIB global e espera uma moderação de 3,3% em 2024 para 3,2% em 2025 e 2,9% em 2026, seguido por uma pequena recuperação para 3,1% em 2027. A OCDE ainda espera que a inflação gradualmente retorne à meta na maioria das principais economias até meados de 2027, bem como reduções nas taxas de juros.

Segundo o texto, a perspectiva “permanece frágil”, considerando especialmente as barreiras em torno de insumos críticos, que podem causar danos significativos às cadeias de suprimentos e à produção global.

A organização também alerta que altas avaliações de ativos baseadas em expectativas otimistas de lucros corporativos impulsionados por IA “representam um risco de correções abruptas de preços”. Vulnerabilidades fiscais podem elevar os rendimentos soberanos de longo prazo, apertando as condições financeiras e prejudicando o crescimento”, adverte./Com Isabella Pugliese Vellani

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 02/12/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

CABOTAGEM INTEGRA ESTRATÉGIA LOGÍSTICA DA SAMSUNG SDS

Presença da Samsung SDS nos principais portos do país permite uma ampla conectividade entre regiões estratégicas, otimizando o tempo de trânsito e reduzindo custos por meio da cabotagem, explica a diretora comercial Rosa Amador

Por Dino — São Paulo



Imagem de TravelScape no Freepik — Foto: Imagem de TravelScape no Freepik

Diferentemente da navegação internacional de longo curso, a cabotagem conecta portos ou pontos de um mesmo país, sendo um dos serviços oferecidos no Brasil pela Samsung SDS. A atuação da empresa concentra-se no transporte de cargas com redução de custos e possibilidade de usar mais de um modal.

A decisão de investir em cabotagem surgiu da necessidade de ampliar soluções logísticas integradas no país, especialmente em um cenário de crescimento do comércio nacional e busca por alternativas



mais sustentáveis e econômicas, explica Rosa Amador. Ela é diretora comercial da Samsung SDS, que atua como braço de logística e tecnologia da informação (TI) do Grupo Samsung.

"A Samsung SDS já possuía ampla experiência global em logística multimodal e tecnologia aplicada à cadeia de suprimentos, e trazer esse know-how para o modal marítimo brasileiro foi um passo natural para oferecer aos clientes uma operação mais eficiente, segura e competitiva", diz Rosa Amador.

Segundo ela, a presença da Samsung SDS nos principais portos do país permite uma ampla conectividade entre regiões estratégicas, otimizando o tempo de trânsito e reduzindo custos operacionais.

Essa cobertura nacional garante flexibilidade nas rotas, maior previsibilidade no planejamento logístico e melhor aproveitamento das janelas de embarque, resultando em ganhos diretos de agilidade e competitividade para os clientes, afirma a diretora comercial.

"Nosso modelo de atendimento é baseado em uma gestão totalmente dedicada à operação de cada cliente. A Samsung SDS atua desde o planejamento da rota, consolidação e otimização das cargas, até o acompanhamento em tempo real da movimentação. Além disso, cada operação conta com um gestor de conta responsável por garantir performance, comunicação contínua e soluções customizadas para cada necessidade logística", descreve Rosa Amador.

A operação da cabotagem se dá de diferentes formas: porta a porta (saída da planta do cliente, com entrega até destino final), porta a porto (saída da planta do cliente até o transporte no porto) e porto a porta (transporte do porto até o destino final).

Para garantir rastreabilidade, organização e segurança nas operações, a Samsung SDS conta com uma equipe dedicada à gestão logística, responsável por acompanhar todas as etapas do processo, desde o planejamento de transporte até o acompanhamento diário das cargas.

"A equipe realiza monitoramento contínuo, emissão de relatórios de performance, gestão ativa de ocorrências e alinhamentos frequentes com os clientes, buscando assegurar total transparência e agilidade nas tomadas de decisão. O modelo de gestão é estruturado para oferecer visibilidade completa da operação e suporte próximo em todas as fases do serviço", detalha Rosa Amador.

A executiva comenta ainda que os setores de bens de consumo, eletroeletrônicos, automotivo, químico e farmacêutico têm se mostrado especialmente receptivos à cabotagem, principalmente pela necessidade de previsibilidade e controle de custos logísticos. "Empresas que buscam sustentabilidade e eficiência no transporte de grandes volumes também têm encontrado na Samsung SDS uma parceira estratégica para integrar o modal marítimo às suas cadeias de distribuição", ressalta.

Atuação da Samsung SDS no Norte do Brasil

Em 2023, a região Norte sofreu com uma seca histórica que reduziu o volume de diferentes rios, como o Rio Negro e o Rio Solimões, a um dos menores níveis já registrados. Além dos danos à natureza e à população, a navegação também ficou prejudicada, e a Samsung SDS buscou soluções para fazer o transporte de cargas.

Foi desenvolvida, então, uma solução multimodal que combina cabotagem, transporte rodoviário e balsas em portos privados. Essa estrutura exclusiva permitiu manter o abastecimento contínuo e previsível de cargas em Manaus (AM), minimizando riscos e garantindo a continuidade das operações mesmo em condições climáticas adversas.

Cabotagem movimentou 213 milhões de toneladas

De acordo com dados apresentados pelo governo federal, essa solução logística representa 11% da carga total transportada por navios no Brasil e, em 2024, movimentou 213 milhões de toneladas.

Nos próximos dez anos, o Plano Nacional de Logística (PNL) projeta um crescimento de 15% na cabotagem, que também é descrita como uma solução 60% mais econômica em comparação com o transporte rodoviário. Outro ponto é o aspecto ambiental: ao produzir menor quantidade de dióxido de carbono (CO₂, gás que contribui para o efeito estufa), a cabotagem é mais sustentável do que o transporte por rodovias, aponta o governo.

No ano passado, um decreto do governo federal regulamentou o programa BR do Mar, para estimular o uso da cabotagem no transporte de cargas. "A cabotagem tem sido impulsionada tanto por incentivos governamentais quanto pela crescente preocupação das empresas com sustentabilidade e eficiência. A Samsung SDS acredita que o modal marítimo é um pilar estratégico para o futuro da logística nacional, pois reduz emissões de carbono, descongestiona rodovias e amplia a competitividade da cadeia de suprimentos", ressalta Rosa Amador.

Para saber mais, basta acessar o site da Samsung SDS: <https://www.samsungds.com/la/index.html>

Fonte: Valor Econômico SP

Data: 02/12/2025

BRASIL BATE RECORDE EM VISITANTES ESTRANGEIROS, MAS ENFRENTA DESAFIOS EM INFRAESTRUTURA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Edição do Caminhos do Brasil dedicada à indústria turística debate potencial do setor e analisa tendências como crescimento de eventos em cidades médias

Por CNC 02/12/2025



Debate “Turismo no Brasil” reconheceu o setor como força geradora de crescimento econômico — Foto: Eduardo Uzal

No período de janeiro a outubro deste ano, o Brasil bateu dois recordes no setor de turismo: recebeu oito milhões de turistas estrangeiros, que injetaram US\$ 6,617 bilhões na economia. O país vive também um momento de fortalecimento do turismo doméstico, com procura por novos destinos e cada vez mais cidades preparadas para receber visitantes. Ao mesmo tempo, precisa avançar em pontos como melhoria da malha

aérea, investimento em infraestrutura e qualificação profissional.

O reconhecimento do turismo como força geradora de crescimento econômico, o potencial do Brasil no mercado global e os caminhos para impulsionar a indústria turística de maneira sustentável e duradoura foram alguns temas discutidos em mais uma edição da série Caminhos do Brasil, iniciativa dos jornais O GLOBO e Valor Econômico e da Rádio CBN, com patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e das suas federações.

O debate “Turismo no Brasil” reuniu Ana Carla Lopes, secretária executiva do Ministério do Turismo; Ana Carolina Dias Medeiros de Souza, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV), e Alexandre Sampaio, presidente da Federação Sindical Patronal da Hotelaria e Alimentação Fora do Lar (FBHA) e diretor da CNC, com mediação das jornalistas Alessandra Saraiva, coordenadora digital da sucursal do Rio do Valor Econômico, e Glauce Cavalcanti, do GLOBO.

“Serviço, comércio e turismo são a marca de uma economia desenvolvida, de uma economia de serviços de primeiro mundo, que o Brasil vai conseguir atingir”

— Alexandre Sampaio, presidente da FBHA e diretor da CNC



Alexandre Sampaio destacou que, em 2026, ano eleitoral, é fundamental estimular o debate sobre a importância do turismo, e que o tema esteja presente no programa de governo dos candidatos, em nível federal e estadual. Em 2021, no período pós-pandemia, a CNC iniciou o projeto “Vai Turismo”, movimento que procura contribuir com propostas para expansão do setor, com a coordenação do Conselho Empresarial de Turismo da Confederação.

“É preciso que o turismo tenha cada vez mais importância e seja reconhecido como uma atividade econômica fundamental na economia que o Brasil pretende desenvolver. A máxima que temos na CNC é de que comércio e turismo viajam juntos, se retroalimentam, se potencializam. Serviço, comércio e turismo são a marca de uma economia desenvolvida, de uma economia de serviços de primeiro mundo, que o Brasil vai conseguir atingir”, afirmou o presidente da FBHA.

Uma pesquisa do IBGE, com apoio do Ministério do Turismo, mostrou que, em 2024, viagens nacionais com pernoite ajudaram a aquecer a economia, com gastos que chegaram a R\$ 22,8 bilhões. No cenário internacional, o Brasil entrou para a lista dos 20 melhores destinos mundiais para o turismo de negócios, segundo o Ranking ICCA 2024 (International Congress and Convention Association). E o Rio de Janeiro está entre os 25 melhores destinos do mundo para conhecer em 2026, segundo a lista Best of The World 2026, da National Geographic. A participação do setor de turismo no PIB brasileiro chega a 8% e os participantes concordaram que o país tem potencial para crescer.

“Passar de 8% para 10% não é passar de 1% para 10%. Considero muito bom a gente ter permanecido em 8%, mas a nossa meta é maior”

— Ana Carla Lopes, secretária executiva do Ministério do Turismo

“É importante destacar que 8% é um índice muito bom. Passar de 8% para 10% não é passar de 1% para 10%. Considero muito bom a gente ter permanecido em 8%, mas a nossa meta é maior. É chegar aos dois dígitos, sim. Assim como chegar aos dois dígitos de turistas estrangeiros. Dez milhões (de visitantes de fora do país) é uma meta que a gente quer. Para isso a gente precisa investir em infraestrutura de portos e aeroportos. E é preciso fazer de maneira conjunta: os ministérios do Turismo, de Portos e Aeroportos, e outros participantes da cadeia do turismo. Isso mostra que o Brasil está pensando o turismo de maneira integrada. A CNC e o Ministério do Turismo fazem qualificação de Norte a Sul do Brasil, a Fecomércio de cada estado é muito alinhada ao Ministério do Turismo em relação a eventos, a qualificação, a pesquisa”, afirmou Ana Carla Lopes, que enfatizou a importância de investir em três pilares: “qualificação, estruturação, promoção”.

Entre os desafios mencionados por Alexandre Sampaio está a ampliação da oferta de voos por todo o Brasil, e enfrentar obstáculos como o alto custo dos combustíveis de aviação e o excesso de processos judiciais movidos por passageiros contra empresas aéreas.

“A questão aérea pode ser um fator limitador. Temos política de céus abertos, mas não trazemos companhias aéreas. São dificuldades que estamos vencendo”, afirmou o diretor da CNC.

A necessidade de qualificação dos profissionais e os avanços no turismo doméstico foram outros temas desta edição do Caminhos do Brasil. A presidente do Conselho de Administração da ABAV mencionou a mudança no perfil dos agentes de viagens, desafiados a ampliar e diversificar suas habilidades com a chegada das novas tecnologias.

“O turismo traz melhoria para a população, traz emprego”

— Ana Carolina Dias Medeiros de Souza, presidente do Conselho de Administração da ABAV

“As agências de viagens estão em crescimento exponencial, as pessoas estão mais exigentes. Antigamente havia os pacotes fechados de turismo e ponto. Hoje os agentes de viagens são consultores, estudam, têm que se qualificar para atender o cliente, para conhecer a preferência: praia, montanha, hotel de luxo, hotel básico. Também têm de conhecer a legislação de cada país, os hábitos, o palavreado, a geografia turística, as conexões dos voos. A qualificação do agente de viagem está fazendo a diferença”, destacou Ana Carolina.

A representante da ABAV lembrou que a pandemia foi um fator decisivo para o fortalecimento do turismo interno:

“O brasileiro passou a conhecer o Brasil, novos destinos foram se desenvolvendo. Quem visitou destinos em 2021 e 2022 e visita hoje percebe a diferença em muitos lugares, que estão mais desenvolvidos, mais capacitados para receber turistas, com pousadas, restaurantes, e também hospitais. O turismo traz melhoria para a população, traz emprego”.

Algumas tendências do turismo no país foram destacadas pelos debatedores, como o desejo dos visitantes, tanto brasileiros quanto estrangeiros, de viverem experiências que vão além dos cartões postais tradicionais. Também o turismo de eventos está em evolução, movido tanto por grandes espetáculos, como os shows de Madonna e Lady Gaga no Rio de Janeiro, como por encontros corporativos, em vários pontos do país.

“A gente vê cada vez mais hotéis investindo em centros de convenções complementares, várias cidades montando centros de convenções de médio porte. Cito Campina Grande, que acabou de montar um centro de convenções extremamente moderno. Não só capitais, mas cidades periféricas com grande potencial econômico estão despertando para o turismo de eventos. São eventos regionais que potencializam a ocupação hoteleira” afirmou Alexandre Sampaio.

Os participantes exaltaram o fato de que a carta final da reunião de líderes do G20, que aconteceu na África do Sul, pela primeira vez mencionou o turismo como força geradora de crescimento econômico, com propostas para que os países destinem mais recursos à expansão da indústria turística em várias dimensões, inclusive com mais oportunidades para mulheres, jovens e populações vulneráveis.

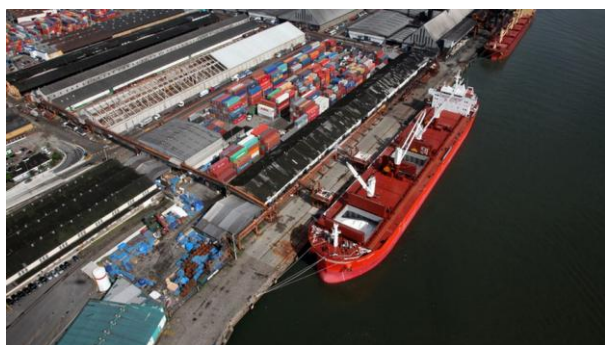
Fonte: Valor Econômico SP

Data: 02/12/2025

CRÉDITO DO BNDES LIBERADO A EXPORTADORES AFETADOS PELO TARIFAÇO CHEGA A QUASE R\$ 10 BI

Estados mais beneficiados até o momento foram São Paulo, com R\$ 2,96 bi; Rio Grande do Sul, R\$ 1,33 bi; Santa Catarina, R\$ 1,26 bi; e Paraná, R\$ 1,08 bi

Por Paula Martini, Valor — Rio



Apoio aos exportadores atingidos pelo tarifaço de Donald Trump foi estendido também aos fornecedores — Foto: Divulgação/Antaq

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou ter aprovado R\$ 9,72 bilhões em créditos do plano Brasil Soberano, criado para socorrer empresas afetadas pelo tarifaço dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. O programa foi lançado em agosto, por meio de Medida Provisória que prevê R\$ 30 bilhões em crédito por meio do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e R\$ 10 bilhões do BNDES.

Em 21 de novembro, o banco de desenvolvimento abriu nova consulta de elegibilidade após uma portaria do governo ampliar o escopo de companhias aptas a solicitar o financiamento. Passaram a ter acesso ao crédito as empresas cujo faturamento bruto com exportações aos Estados Unidos fosse igual ou superior a 1% do total apurado entre julho de 2024 e junho de 2025.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 189/2025
Página 62 de 62
Data: 02/12/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Além disso, o apoio aos exportadores foi estendido também aos fornecedores. Inicialmente, os R\$ 30 bilhões do FGE haviam sido disponibilizados para empresas que foram impactadas por uma tarifa de 50% e cujo faturamento bruto de exportações aos EUA fosse igual ou superior a 5% do total.

Desde a reabertura do processo, a demanda por novas operações chegou a R\$ 4,55 bilhões em 267 protocolos registrados. “A demanda por novos recursos permanece elevada”, disse o BNDES por meio de nota.

Nessa segunda-feira (2), o diretor de planejamento e relações institucionais do BNDES, Nelson Barbosa, destacou que, apesar da recente redução das tarifas, a maior parte da indústria brasileira ainda conta com 40% de sobretaxa adicional.

A MP está em vigor desde 13 de agosto, mas precisa ser aprovada pelo Congresso até 120 dias após a publicação para não perder a validade. Caso o texto não vá à votação, ele caduca em 10 de dezembro. Com isso, só serão contempladas operações de crédito contratadas até essa data.

O governo, no entanto, admite a possibilidade de abandonar a MP, como mostrou o Valor. A decisão tem como pano de fundo a pressão da oposição de manter as despesas com o tarifaço nas metas fiscais de 2025 e 2026 e o andamento das negociações comerciais entre Brasil e Estados Unidos.

Os quase R\$ 10 bilhões aprovados até agora pelo BNDES representam 717 operações, das quais 171 com grandes empresas e 546 com micro, pequenas e médias empresas, informou a instituição.

No recorte por setor, a indústria de transformação lidera com R\$ 7,8 bilhão. Na sequência, aparecem comércios e serviços (R\$ 1,21 bilhão), agropecuária (R\$ 557,13 milhões) e indústria extrativa (R\$ 153,47 milhões).

Os estados mais beneficiados até o momento foram São Paulo (R\$ 2,96 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 1,33 bilhão), Santa Catarina (R\$ 1,26 bilhão) e Paraná (R\$ 1,08 bilhões).

Fonte: Valor Econômico SP

Data: 02/12/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 02/12/2025